

Existe uma caracterologia weberiana? – Aspectos formais

Matheus Capovilla Romanetto

“O mais das vezes, [...] as ‘imagens do mundo’ criadas pelas ‘ideias’ determinaram, feito manobristas de linha de trem, os trilhos ao longo dos quais a ação é empurrada pela dinâmica dos interesses” (Weber 1915-7:37)

1. Introdução: caracterologia e sociologia¹

No capítulo sobre caracterologia de sua *Psicopatologia geral*, Karl Jaspers define assim o conceito do caráter humano: diz que o constatamos

no modo *especial* pelo qual um homem se manifesta, se move; na maneira por que *vivencia* situações, por que a elas reage; na forma por que *ama, se enciuma*, leva a vida; nas necessidades que tem e nas *aspirações* que lhe são próprias; nos *objetivos* que se propõe; no modo por que *forma ideais* e quais são estes; nos *valores* pelos quais se guia; no que *faz* e produz; na *maneira por que procede* [grifos meus] (Jaspers 1959:511)².

A definição é de interesse, pois parece misturar, mais ou menos confusamente, aspectos cuja explicação Max Weber – colega e interlocutor seu – teria delegado, ora à sociologia, ora à psicologia. A constatação não é de todo trivial, já que, de confissão do próprio Jaspers, sabemos que quando delineou o programa de seu estudo das patologias mentais, aquilo que “mais” o “influenciou [...] foram os trabalhos de Max Weber” (1959:362). De fato, basta um olhar sobre o índice da imensa obra para ver que divide-se rigorosamente em três grandes segmentos: ao primeiro, de natureza fenomenológica, seguem-se aqueles dedicados à “psicologia compreensiva” (1959:361) e à “psicologia explicativa” (1959:535). Seus conceitos de “compreensão” e “explicação”, embora não idênticos aos de Weber, aproximam-se deles de boa vontade; bebem das exposições metodológicas do sociólogo alemão, bem como de um bom número de fontes comuns a ambos os intelectuais, como Dilthey, Roscher e Knies (cf. Jaspers 1959:362; Weber 1903-6) – a ponto de que o próprio Weber (1921-2a:3) chega a recomendar a comparação de seus termos com os de Jaspers.

1 A função das notas de rodapé, no texto que segue, será sobretudo a de produzir redundâncias, correções e precisões em relação às afirmações que a redação não tenha demonstrado suficientemente por si só. Não é preciso consultá-las sempre que aparecem, mas apenas à medida que se sinta a necessidade de evidenciar ou confirmar o que o argumento correspondente no corpo principal do texto.

2 A primeira edição do texto de Jaspers é de 1913, quando Weber ainda estava vivo. A tradução de que disponho em português, entretanto, inclui as modificações das sucessivas revisões que o livro sofreu subsequentemente, até chegar à sétima edição, de 1959, a última realizada com Jaspers ainda vivo. Em não dispondo da edição original para fins comparativos, optei por referenciar a data mais recente da publicação. No que se refere aos argumentos subsequentes – para os quais a estrutura do livro é mais importante do que o conteúdo –, tenho garantia de que, pelo menos na terceira edição alemã, de 1923 – a mais antiga que pude consultar –, o essencial ainda se conserva retrospectivamente. Restaria confirmar se, nos volumes publicados ainda antes de 1920, a exposição sobre personalidade e caráter era suficientemente idêntica ao texto em que nos baseamos.

Se realizamos de fato essa comparação, temos por vezes a impressão de que as diferenças no manejo das duas categorias em cada obra derivam menos de suas determinações lógicas, e mais da natureza do objeto a que cada autor se dedica – a psique, e particularmente a psique adoecida, num caso³; o agente social e suas relações, em outro⁴. Há certamente alguma verdade nisso; mas então, a incômoda tangência com que a definição jaspersiana do “caráter” volta, ora a aproximar-se, ora a afastar-se dos temas comuns à obra de Weber, vem lembrar-nos de que a questão não está tanto, neste caso, em adequar os termos à realidade particular estudada. Trata-se, ao contrário, de saber como adequar a realidade aos termos de que dispomos; de descobrir onde exatamente devemos estabelecer os cortes que criam os *domínios* próprios à aplicação de tais ou quais categorias, e dentro dos quais elas adquirem seu sentido cientificamente fértil.

Era assim que Jaspers pensava: em uma separação de “domínios” distintos (1959:12), específicos a cada ciência. Subscrevia, com isso, uma forma de divisão do trabalho científico, próxima àquela que o próprio Weber teria apoiado, ou pelo menos aceito, crente que era de que “[a] ciência é, atualmente, uma ‘vocação’ alicerçada na *especialização*” (1917a:47; cf. também 1904:274, 1918:562)⁵. Havia aí, não obstante as semelhanças, uma diferença latente de concepção, já que em Weber existe a consciência mais firme de que as divisões entre as ciências dependem de seu “fins de conhecimento” (1921-2a:8) particulares. Para ele, “[o] domínio do trabalho científico não tem por base as conexões ‘objetivas’ entre as ‘coisas’, *mas* as conexões *conceituais* entre os *problemas*” [grifos meus] (1904:228), enquanto Jaspers considerava ainda as “divisões básicas” e “estruturações” teóricas como “*essencialmente* objetivas” [grifo meu] (1959:61). Tratava-se, neste último caso, de distinguir um *objeto* e um arsenal metodológico⁶ específicos à psicopatologia, enquanto a sociologia weberiana buscava delinear também os seus próprios⁷, mas enfatizando a singularidade de seus *problemas*, mais do que de seu objeto como tal. Apesar disso, Weber sentiu mais de uma vez a necessidade de discriminar rigidamente a sociologia da psicologia – “a ‘teoria’ pura da nossa disciplina não tem nada (nem o mínimo) a ver com ‘psicologia’” (1909:478)! –, o que

3 “[P]ara a psicopatologia é evidente que o objeto de todos os seus campos de investigação é sempre o homem como homem” (Jaspers 1959:20); “[e]la se ocupa do ser do homem em sua totalidade, mas do ser do homem doente” (1959:52).

4 “Sociologia [...] significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos” (Weber 1921-2:3).

5 “[J]amais um indivíduo poderá ter a certeza de alcançar qualquer coisa de verdadeiramente valioso no domínio da ciência, sem possuir uma rigorosa especialização. [...] Em nosso tempo, obra verdadeiramente definitiva e importante é sempre obra de especialista” (Weber 1917:24). Apesar disso, “a intuição do diletante pode ter significado tão grande quanto a do especialista e, por vezes, maior, [...] senão por ausência de segurança no método de trabalho e, amiudamente, em consequência, pela incapacidade de verificar, apreciar e explorar o significado da própria intuição” (1917:26).

6 “Todo progresso no conhecimento dos fatos é sempre um progresso no método” (Jaspers 1959:36).

7 “Só quando se estuda um novo *problema* com o auxílio de um *método* novo, e se descobrem verdades que abrem novas e importantes perspectivas, é que nasce uma nova ‘ciência’” (Weber 1904:228-9).

nos leva de volta, em termos práticos, a um resultado muito semelhante ao da concepção “objetiva” de Jaspers.

Tendo isso em vista, se retornamos ao conceito do caráter apresentado na *Psicopatologia*, a impressão que temos é a de um trânsito frequente entre o que poderíamos pensar serem objetos eminentemente “psicológicos” – as aspirações, as necessidades, as vivências – e outros que, sob um olhar weberiano, nos habituamos a conceber como “sociológicos” – os ideais, os valores⁸, os modos de fazer e proceder. De certo modo, o espanto não seria tão difícil de dissolver: bastaria lembrar que toda a psicopatologia de Jaspers está colocada do ponto de vista do “fenômeno psíquico realmente consciente” (1959:13). Isto é: Jaspers interessa-se pelo fenômeno tal como subjetivamente vivenciado, enquanto Weber – como nos lembra Gabriel Cohn (2003) – situa-se decisivamente fora do campo das *vivências*⁹ enquanto tais, dirigindo-se antes ao *comportamento* humano, à ação¹⁰. Estaria aí a sua principal diferença com qualquer concepção psicológica de ciência – e há de fato, segundo esse critério, uma diferença decisiva entre a *psicologia* compreensiva – erguida sobre uma *fenomenologia* anterior – e a *sociologia* compreensiva, que parte do comportamento humano observado. Além disso, Weber (1921-2a) é bastante explícito em discriminar a ação dotada de sentido em geral, daquela que interessa especificamente à sociologia: a ação *social*, isto é, aquela cujo sentido orienta-se ao comportamento de outrem¹¹.

A *Psicopatologia* de Jaspers não se coloca essa segunda exigência, e com isso diferencia-se uma vez mais do programa científico weberiano. A questão volta a colocar-se, entretanto, se levarmos em consideração que, para Weber, o comportamento pertinente ao conceito da ação social – a unidade mínima de seu construto teórico – pode ser “um fazer” tanto “*externo*” quanto “*interno*” (1921-2a:3): pode dar-se tanto na movimentação e expressão motora dos homens, quanto na forma de um puro movimentar-se interior, o que inclui também “qualquer ato de pensamento e qualquer ato *psíquico*” [grifo meu] (1918:602). Com essa definição, a sociologia dá um passo para mais perto daquilo que teria sido, no caso de Jaspers, uma fenomenologia¹². Temos a sensação nítida do quanto essa proximidade foi necessária a Weber, quando vemos que sua sociologia das religiões, por exemplo, define o objeto próprio às empreitadas religiosas soteriológicas – os “bens de salvação” (1915-7:52) – como “estados psicológicos” (1915-7:44) determinados: um ou outro “valor afetivo”,

8 O próprio Weber indica que a “origem” dos valores (isto é, de fins últimos, indecomponíveis) pode “ser objeto de uma explicação compreensiva de natureza ‘psicológica’” (1913:494).

9 Para Weber, “*toda* vivência” é “evidentemente irracional”

10 “Toda ciência de conexões espirituais e sociais é uma ciência de comportamentos humanos” (Weber 1918:602).

11 “A ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro” (Weber 1921-2:13). “Nem todo tipo de ação – também de ação externa – é ‘ação social’” (1921-2:14).

12 “[D]e modo algum a Sociologia tem que ver *somente* com a ‘ação social’, mas esta constitui [...] o fato central, o fato que, para ela, como ciência, é, por assim dizer, o elemento *constitutivo*” (Weber 1921-2:15).

tal ou qual “estado” ou “*habitus* extracotidiano”, discernível sobretudo por sua “excepcionalidade *psíquica*” [grifo meu] (1915-7:34-5). Se não levasse em conta o comportamento dito “interno”, a sociologia weberiana não teria condições de distinguir entre os tipos contemplativo, extático e ascético de salvação (cf. Weber 1915-7). Perderia com isso uma determinação essencial para compreender o sentido da ação religiosa, e muito do que hoje passa pelas contribuições centrais de Weber a esse campo teria, certamente, uma feição muito diferente.

Com isso não queremos dizer, naturalmente, que as diferenças entre sociologia e psicologia sejam absolutamente inexistentes, nem em teoria, e muito menos na prática. A diferença entre a vivência e o comportamento como suportes da inteligência científica; a diferença entre o comportamento como tal, e aquele cujo sentido direciona-se a outrem – tudo isso origina discrepâncias teóricas cujo peso seria difícil superestimar. Apontando as convergências temáticas das duas obras, gostaríamos apenas de assinalar o quanto soam incertas – apesar de todas as ressalvas – algumas das indicações de “domínio” científico a que estamos habituados, quando as examinamos mais de perto. Se a noção de “caráter” em Jaspers inclui com tanta veemência objetos que seriam centrais para a sociologia weberiana, é porque nela (e em seus correlatos em Weber) nos aproximamos de um terreno difícil, um âmbito em que a contenda para a repartição dos direitos de posse de cada ciência dá-se de modo particularmente visível e acentuado. É que estamos falando sempre da subjetividade humana¹³ – núcleo central e ponto de partida, tanto da visão weberiana da ciência social¹⁴, quanto da visão jaspersiana de psicologia¹⁵.

Na *Psicopatologia geral*, a caracterologia representa o ápice e a conclusão da psicologia propriamente *compreensiva*, e faz a passagem para a consideração *causal* dos fenômenos. Ocupa esse lugar porque, na visão de Jaspers, o caráter constitui “o todo das conexões compreensíveis” psicologicamente (cf. 1959:511). Se tomamos (guardadas algumas poucas exceções) cada conexão de sentido individualmente inteligível na psique, e prosseguimos com ela de tal modo que encontre seu lugar em relação a todas as demais conexões, num todo estruturado e compreensível – então

13 Enfatizamos a circunscrição *humana* dos debates que seguem, pois para Jaspers, com o homem “entrou no mundo algo absolutamente diverso do animal” (1959:19), e para Weber – embora com muito mais ressalvas – “[u]m quadro controlável da psique desses animais [não humanos] individuais que vivem em sociedades, sobre a base de uma ‘compreensão’ orientada pelo sentido, parece, mesmo considerado como metal ideal, apenas alcançável dentro de limites muito estreitos” (1921-2:11).

14 O “sentido” a que se dirige a sociologia compreensiva é sempre o sentido “*subjetivamente* visado” [grifo meu] (Weber 1921-2:4).

15 “Só podemos conceber e investigar o que se nos tornou objetivo. Como tal, a alma não é, de forma alguma, objeto. Torna-se objeto através daquilo em que ela se mostra perceptível no mundo” (Jaspers 1959:20).

temos a noção do caráter¹⁶. Decorre daí naturalmente que toda manifestação humana – inclusive aquelas de natureza final e valorativa, tão importantes para Weber (cf. 1921-2a:15) – deva ser incluída no conceito da alma diferenciada, tornada crescentemente única em seu devir (desde que possa ser concebida como singular e *consciente de si mesma*, e não apenas como conexão isolada do restante da personalidade – cf. Jaspers 1959:512-3)¹⁷. Por isso também problemas tipicamente weberianos – os da conduta de vida, dos modos particulares de agir – reaparecem na definição jaspersiana que nos serviu de ponto de partida.

Do ponto de vista weberiano, vimos que Jaspers flutua constantemente entre conteúdos especificamente psicológicos, e outros que, sempre que dirigidos a outros sujeitos, deveriam ser tomados como parte da ciência social. Mas, do ponto de vista psicológico, é o inverso que poderia ser dito. Quando trata da “conduta de vida” e seus “elementos orientadores” (1915-7:21); quando fala das “qualidades” de determinados tipos humanos (1919:106), e especialmente na menção a um “*ethos* da política” (1919:109), um “*ethos* capitalista burguês” (1906a:370) ou um “*ethos* chinês” (1915-7:202), Weber encontra-se imediatamente no âmbito daquilo que teria sido classicamente o domínio do estudo do caráter: a análise e interpretação dos móveis fundamentais de um indivíduo, de seus modos particulares de agir e reagir ao mundo, em particular quando referenciados aos princípios ou valores centrais de sua conduta¹⁸. A empreitada jaspersiana dá a esse estudo um lugar e um sentido bastante específicos, em conformidade a seu modo de ver a ciência psicológica, tendo a biologia atrás de si, a sociologia ao seu redor¹⁹, e o existencialismo filosófico para além de si²⁰. Mas a curiosidade pelo caráter não é uma peculiaridade da *Psicopatologia geral*: constitui antes uma modalidade bastante generalizada de estudo, ali pelas primeiras décadas do século XX, de que algumas ilustrações, próximas ao horizonte literário de Weber, bastarão para nossos propósitos.

Tomemos o caso da psicanálise, por exemplo. Uma caracterologia analítica sistematicamente desenvolvida não constava ainda entre os méritos da psicologia profunda, nos anos anteriores ao falecimento de Weber. Algo como um interesse pleno e um desenvolvimento coerente do estudo do caráter só se dá na transição dos anos 1920 aos anos 1930, com estudos como os de Wilhelm Reich (1933) e Erich Fromm (1932), cujo eixo e interesse já se deixa entrever em partes na indicação de Ferenczi (1930), de que a psicanálise teria partido do tratamento das neuroses e chegado ao

16 “Pode-se dizer que toda a psicologia compreensiva é caracterologia, na medida em que visa às conexões universais das compreensibilidades no homem total; e na medida em que pretende apreender o ser-assim especial de indivíduos particulares” (Jaspers 1959:517).

17 “Não existem caracteres concluídos” (Jaspers 1959:518).

18 É aproximadamente a esses sentidos que Klages chega em sua análise dos usos corriqueiros do conceito de caráter: “vontade moral”, “a personalidade em si mesma” [tradução minha] (1936:10).

19 “Esta dependência de outras ciências [...] é constitutiva da psicopatologia” (Jaspers 1959:52).

20 “O homem, como criador de obras do espírito, como crente religioso, como ser de ações morais, transcende o que se possa saber e conhecer dele em pesquisas empíricas” (Jaspers 1959:20).

tratamento do “caráter neurótico”. A despeito disso, já em 1908, Freud publicara o texto que inaugurou a consideração caracterológica em sua obra – “Caráter e erotismo anal” –, ao qual se seguiriam numerosas contribuições, tanto suas quanto de seus discípulos, procurando deduzir a gênese psicológica de determinados aspectos de personalidade (cf., p. ex., Freud 1916; Jones 1913b; Ferenczi 1916). O interesse psicanalítico pelo caráter estava, então, primariamente em sua significação como participante na *resistência* ao tratamento. Ele não havia ainda tomado a feição de um objeto de estudo em pleno direito, mas indicações caracterológicas e seus fundamentos eram já suficientemente frequentes – inclusive em textos de natureza psicobiográfica (p. ex., Jones 1913a) – para que se pudesse discriminar aí um segmento – ou, caso se queira, um *gênero* psicanalítico bastante claro. Em geral, tratava-se de perseguir a transformação da libido, desde suas metas sexuais primárias, rumo à sua ulterior cristalização em determinados *traços* dessexualizados (o interesse pelo dinheiro e a tendência ao isolamento, por exemplo)²¹, a partir do confronto do organismo humano com as exigências culturais.

Se deixamos Viena e damos um salto de volta à Alemanha, encontramos a obra de Ludwig Klages (1936)²², *Princípios de caracterologia*, de que Weber (1920a:24) dá testemunho de conhecimento em sua “Introdução” aos escritos completos de sociologia da religião. Ali, como em Jaspers (e contra Freud), o caráter refere-se à personalidade *total*, e apenas enquanto “*consciente de si mesm[a]*” (Klages 1936:12). Mas seu programa de estudo toma uma forma muito diferente, dirigindo-se ao que ele discrimina no caráter como sendo sua *matéria* – “conjunto das aptidões pessoais (da inteligência, do sentimento, da vontade)” –, sua *estrutura* – “conjunto das disposições do meio pessoal que determina a forma de desenvolvimento dos processos internos” – e sua *natureza* – “conjunto de móveis pessoais, que também cabe chamar disposições de sentimento” [tradução minha] (1936:58). As “aptidões” referem-se a capacidades como a “memória” e a “perspicácia” (cf. 1936:53); a “estrutura” refere-se a disposições classicamente consideradas como de “temperamento”: a excitabilidade dos sentimentos, excitabilidade da vontade e a faculdade de exteriorização (cf. 1936:110,113,129). Finalmente, a “matéria” diz respeito a impulsos como o “sentido aquisitivo” e o “sentimento de dever” (1936:49).

Cada qual a seu modo, tanto Freud quanto Klages e Jaspers representam desenvolvimentos alternativos ao da psicologia acadêmica de então, que ainda no tempo de Weber dedicava-se a “disseca[r] vivências anteriores da experiência cotidiana em ‘elementos’ físicos e psicofísicos

21 Compare-se Weber, para quem “uma categoria como ‘afã de lucro’ de modo algum pertence à ‘psicologia’” (1913:495).

22 Também no caso de Klages, não tivemos acesso à edição original, de 1910, nem a qualquer tradução correspondente. O texto em que nos apoiamos é traduzido para o espanhol, a partir de uma expansão ulterior do original, publicada pela primeira vez em 1926, e que difere da edição que serviu de base a nossos tradutores, aparecida 10 anos depois, apenas em função de pequenas correções gramaticais e estilísticas.

(‘estímulos’, ‘sensações’, ‘reações’, ‘automatismos’, ‘sentimentos’ etc.)” (1908a:458). Em contraposição a esse procedimento atomístico, Jaspers e Klages lançam a noção da personalidade como um todo coerente – o primeiro, como parte de uma sóbria continuação da divisão do trabalho científico²³; o segundo, em termos abertamente polêmicos²⁴. Estão ambos, entretanto, ainda muito próximos da concepção “funcional” da psicologia acadêmica, cuja classificação básica dos fatos psíquicos dá muita atenção a “capacidades” úteis para o trabalho, como a memória e a percepção (cf. Klages 1910). Nisso diferem de Freud: a psicanálise aproxima-se do “atomismo” metodológico dos psicólogos oficiais por trabalhar com o caráter ainda de maneira “analítica”, e não totalizante; mas opera com um modo totalmente diferente de decompor o material psíquico – baseado nos diferentes veios de impulso e desejo, e não nas faculdades psicológicas e dados vivenciais simples. Memória, percepção e demais capacidades psíquicas aparecem, na psicanálise, como *subordinadas* à dinâmica das forças pulsionais, sobretudo àquelas de natureza *inconsciente* – a cuja concepção Klages (1936:60) faz pouca ou nenhuma referência, e a que Jaspers (1959:367) opõe-se expressamente.

Com isso vemos que, como era de se esperar, as “caracterologias” disponíveis ao tempo de Weber decorrem em parte do desenvolvimento de problemáticas científicas muito diferentes das suas, especificamente sociológicas. Em alguns casos (como em algumas porções do trabalho de Klages), estruturam-se de tal modo que a ênfase recai, não sobre o “comportamento psíquico” como tal, mas sobre as suas condições ou componentes internos – o que as afasta severamente da sociologia em moldes weberianos. N’outras ocasiões, dão ênfase a características da personalidade cuja conexão à problemática weberiana é evidente (Jaspers), ou mesmo fazem do “ato psíquico” um conceito pragmático semelhante ao de Weber (cf. Freud 1913), flutuando constantemente entre comentários interessantes para fins sociológicos, e outros menos pertinentes dessa perspectiva. De todo modo, saímos com a imagem clara de que havia também uma “psicologia” daquilo que em Weber, seriam atributos da “ação social” – seus pressupostos e consequências –, e de que o estudo do caráter é um *locus* especialmente relevante para essa constatação.

Não nos deverá surpreender, portanto, que a recíproca seja verdadeira, e que entre representantes de outras ciências do espírito apareçam preocupações semelhantes de natureza

23 “A psicologia estuda a vida psíquica denominada normal. Em princípio, o estudo da psicologia é tão necessário ao psicopatologista como o estudo da fisiologia para o patologista somático. De fato, porém, isso não ocorre em muitos casos. É que a psicopatologia investiga muitos fatos cujos correspondentes ‘normais’ ainda não foram buscados pela psicologia [...]. Dentro de uma limitação por demais estreita, a psicologia oficial se ocupa quase só de processos tão elementares que quase nunca apresentam distúrbios nas enfermidades propriamente mentais” (Jaspers 1959:14).

24 “Se às vezes a psicologia é digna de respeito por seus trabalhos no domínio da teoria do conhecimento e suas análises magistrais dos processos da apreensão, aparece ao contrário como produto insignificante de uma inteligência medíocre, tão logo se a toma pelo que crê ser: um estudo da *vida interior*” [tradução minha] (Klages 1910:242).

“caracterológica”. Para citar apenas alguns casos de conhecimento do próprio Weber: H. Levy trata, em comentário aprovado pelo sociólogo alemão, da “disposição de caráter’ do povo inglês” e seus “inúmeros traços específicos” (cf. Weber 1920b:270) em sua conexão ao ascetismo protestante. Sanford analisa a “significação caracterológica” de um determinado “meio ascético de educação” (cf. Weber 1920b:249), o mandamento de guardar silêncio dos monges. Eduard Meyer aborda as “pré-condições caracterológicas” (cf. Weber 1906c:284) da ação historicamente eficaz. E o próprio Weber chega a reconhecer “a enorme influência que exerceu sobre o desenvolvimento, digamos, caracterológico do judaísmo esse seu caráter racional, estranho à cultura dos sentidos, em especial por conta do *segundo mandamento* (‘Não farás imagens...’)” (1920b:260). Abundam, do começo ao fim de sua obra, referências ao “caráter nacional” (1904-5:258), ao “caráter social” (1906c:138) e a caracteres que reconhecemos como condicionados pela classe, tal como o “caráter burguês” (1904-5:258).

Com isso, esperamos ter apresentado suficiente evidência de que o conceito de uma caracterologia, e em particular de seu *objeto*, não faltavam ao horizonte intelectual de Weber, nem em potência, nem em fato. Diferentes psicólogos, filósofos, historiadores, tratam do assunto dando a ele maior ou menor centralidade, e com métodos diferentes, mas tocando sempre precisamente algumas das principais preocupações de Weber: a conduta, o ethos, as “forças motrizes internas” (1904-5:271) do comportamento humano. Daí torna-se lícito perguntar: se constatamos que existe uma “psicologia” dos objetos tipicamente sociológicos, não haverá também, em contrapartida, uma “sociologia” dos objetos tipicamente psicológicos? Dadas as favoráveis condições intelectuais de seu tempo – *não será que existe, também, uma caracterologia weberiana?*

No texto que segue, limitar-nos-emos a desenvolver essa questão segundo o seu aspecto *formal* – isto é, segundo as especificidades do modo de pensar weberiano, das categorias que ele emprega e da consistência teórica de seus resultados. Deixaremos para outra ocasião a discussão mais urgente – sobre o conteúdo desses resultados –, sob a justificativa de que um desenvolvimento pleno da matéria *pressupõe* o conhecimento dos elementos a cuja exposição nos dedicaremos aqui. Esperamos que, apesar disso, nossas conclusões parciais já sirvam ao leitor ou leitora – não como um tratamento plenamente adequado do assunto, mas como um estímulo inicial e uma estrutura básica a partir da qual a discussão ulterior possa ser continuada, em outro momento.

2. Preliminares metodológicas

Tomada literalmente, a questão que delineamos deve ser respondida evidentemente com uma negativa. O enunciado dos problemas a que Weber dedicou-se não incorpora jamais de maneira

explícita o programa de realizar uma “ciência do caráter”²⁵: fato que devemos levar tanto mais a sério, quanto mais seu método caracteriza-se justamente pelo fato de que só pretende validade para seus conceitos *no interior de problemáticas particulares*²⁶. Assim, se – conforme procuraremos argumentar em seguida –, suspeitamos de que uma tal caracterologia weberiana possa ser dada como “existente”, é apenas enquanto *aspecto latente* à obra, que precisa ser inferido, reconstruído, para que se torne completamente visível. Devido à especificidade do método de Weber, será preciso indicar, não apenas *em que consiste* esse aspecto, mas também *em que medida* está presente, e dentro de *quais limites*.

Poder-se-ia ter inicialmente a impressão de que a diferença fundamental entre Weber e os psicólogos – à parte aquelas que já comentamos – residiria em que estes consideram as “forças motrizes” do comportamento em total abstração, enquanto a sociologia as toma como de natureza *histórica*, particular²⁷. Afinal, existe uma diferença entre falar do “caráter” em geral, e falar do caráter de um povo ou de uma classe²⁸. Mas nem mesmo disso teríamos confirmação plena, pois a consciência histórica não está de todo ausente, nem a nomes como Freud – que, bem ou mal, desenvolveu toda uma psicanálise da cultura e sua evolução (cf. p. ex. Freud 1912) –, nem a Jaspers, para quem:

A psiquiatria se distingue do resto da medicina também pelo fato de a alma do homem receber sua característica global da circunstância de o homem não ser apenas um ser simplesmente natural, mas um ser cultural. Em seu conteúdo e sua forma, os fenômenos psíquicos dependem e agem sobre a esfera cultural (1959:62).

25 Weber flerta com essa possibilidade algumas vezes, entretanto. Por exemplo: “[i]nfelizmente, no espaço deste esboço tivemos de abrir mão da sedutora tarefa que teria sido descrever o estilo de vida do protestantismo ascético a partir da literatura biográfica” (1904-5:247); “[a]nalizar na minúcia a recusa dos prazeres espontâneos da vida cotidiana em sua influência sobre o espírito dos tipos humanos mais excelsos do puritanismo e de todos quanto passaram por sua escola é uma tarefa que de todo modo não poderia ser realizada nos horizontes desse esboço” (1904-5:266).

26 “[N]as ciências da cultura humana, a construção de conceitos depende do modo de propor os problemas, e [...] este último varia de acordo com o conteúdo da cultura” (Weber 1904:267). “Disso resulta que todo conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento subordinado a pontos de vista especificamente particulares” (1904:243).

27 “[Q]uanto mais se atribui uma forma conceitual aos elementos que constituem o fundamento da significação cultural específica das relações históricas complexas, tanto mais o conceito, ou o sistema de conceitos adquirirá o caráter de tipo ideal. Porque a finalidade da formação de conceitos de tipo ideal consiste sempre em tomar rigorosamente consciência não do que é genérico, mas, muito pelo contrário, do que é específico a fenômenos culturais” (Weber 1904:262-3).

28 Classes e estamentos, assim como estamentos e partidos, são “fenômenos da distribuição do poder”. A classe caracteriza-se pela “situação de classe” de determinada “pluralidade de pessoas” – ou seja, as “oportunidades de vida” (“de sustento e de ganho”) disponíveis para elas, conforme sejam determinadas por “interesses econômicos, de posses de bens e aquisitivos” – em especial pela posse de “propriedade” ou sua falta, pela “destreza [...] na execução de funções requisitadas” –, resultando em certas “condições de vida gerais e típicas” (Weber 1915-7:64; 1921-2b:176). “[A]s ‘classes’ diferenciam-se segundo as relações com a produção e a aquisição de bens, os ‘estamentos’, segundo os princípios de *consumo* de bens, que se manifestam em ‘condições da vida’ específicas” (1921-2b:185).

Desse modo, se subsiste ainda uma diferença entre a caracterologia dos psicólogos, e aquilo que, em Weber, poderíamos acusar hipoteticamente como uma caracterologia *social* – ela não deve ser deduzida da simples presença ou ausência da razão histórica, mas do modo de integrá-la ao pensamento. Não deriva de que se trate de abordagens mais gerais ou mais particulares dos fenômenos históricos, mas do *modo de sua particularização* teórica.

Daí decorrem duas necessidades preliminares a uma entrada definitiva na obra de Weber. A primeira diz respeito àquela divisão em “domínios” das ciências: precisamos investigar mais a fundo em que ponto se dava, para ele, a passagem de uma abordagem psicológica a outra sociológica. A segunda questão diz respeito ao modo de conceituar weberiano, e as suas consequências para a reconstrução de uma “caracterologia” que seria própria ao seu pensamento.

a) Sociologia e psicologia

Vimos já com que entusiasmo Weber tratou de separar, em determinadas passagens, a sociologia da psicologia: “a sociologia compreensiva não é parte de uma ‘psicologia’” (1913:496). Temos agora de aproximar-nos de outras ocasiões, em que procede de maneira mais branda, afirmando: “[p]ara a sociologia compreensiva, as relações com a psicologia diferem de caso a caso” (Weber 1913:501-2). O sentido dessa diferença de tom reside em que, conforme o caso, a palavra “psicologia” comporta dois significados: ora referencia a disciplina psicológica propriamente dita, ora um determinado conjunto de fenômenos, ao qual o nome da ciência correspondente fica vinculado por metonímia. Aquilo que Weber recusava expressamente era a *subordinação* ou a *redução* da ciência social à psicologia; mas ele jamais negou que os resultados da psicologia pudessem ter interesse para as conexões causais investigadas pela sociologia. Tanto assim que os resultados de sua *sociologia* da religião madura ficaram expressamente vinculados, para ele, à constatação de que os nexos entre conduta econômica e religiosidade deveriam ser buscados nos “motivos” mais ou menos “fortes” para a “ação” (1920b:261) que oferecia cada dogma, concebidos como “estímulos psicológicos” (1920b:254) – “prêmios psicológicos” (1920b:220) desejados, e cuja perseguição seria capaz de suscitar uma modificação da conduta. Reciprocamente, Weber também tratou do “efeito psicológico” (1904-5:238) de determinadas práticas religiosas e, com isso, do “caráter psicológico” de uma “fé” (1904-5:226).

Segundo as regras do método weberiano, que trata sempre de conexões causais parciais²⁹, diríamos que, no exemplo acima, a primeira classe de fenômenos trata do condicionamento

29 Trata-se sempre de “classe[s] de causas” (1904:232) ou “séries causais” (1920:179) particulares. Isso porque “o número e a natureza das causas que determinam qualquer acontecimento individual são sempre infinitos” (1904:239), e sendo o “espírito humano finito” (1904:233), “em qualquer caso, unicamente um segmento da realidade individual possui interesse e significado para nós, posto que só ele se encontra em relação com as ideias culturais de valor com que abordamos a realidade. Portanto, só alguns aspectos dos fenômenos particulares

psicológico do comportamento religioso, e que a segunda classe diz respeito ao condicionamento religioso da vida psicológica³⁰. Juntas, as duas classes tratam das “relações recíprocas” (1904-5:268) entre duas “áreas” (1921-2b:159) da ação. E em cada uma dessas ocorrências, o conceito do “psicológico” expressa uma só coisa: o aspecto *afetivo* da ação, o que implica ao mesmo tempo, para Weber, o seu aspecto *irracional*³¹. Em Weber, o comportamento *puramente* afetivo está “no limite ou além daquilo que é a ação conscientemente orientada ‘pelo sentido’” (1921-2a:15). Tem por característica a sua subtração à *voluntariedade* (mas não necessariamente à *percepção*) consciente, e concebe-se desse modo porque presume que os “sentimentos” e “paixões” são de natureza “reativa” (1921-2a:14): são provocados por determinados acontecimentos, perdurando eventualmente na forma de “estados emocionais” (1921-2a:15), e têm a característica de constituírem-se *a partir de* “[i]mpulsos afetivos” (1921-2a:5) que necessitam “descarga” (1921-2a:15) ou “ab-reação” (1920b:97)³², sendo suscetíveis também de “canalização”, “inibição” e “repressão” (cf. 1904-5:119,130; 1921-2a:23)³³. Constam – enquanto concebidos de maneira ideal, abstrata – como *puras reações* às circunstâncias em que o agente se encontra, como *descargas involuntárias* condicionadas pelo corpo. É portanto uma redundância que Weber fale em “impulsos” ou “afetos irracionais” (1904-5:108; 1921-2a:5), pois no fundo não existe, para sua sociologia, um afeto que seja propriamente *racional*³⁴.

Concebido assim, o mundo “psicológico” – isto é, *afetivo* em natureza – traz implicações relevantes a todo o programa de pensamento weberiano, pois tem como consequência uma vinculação particularmente sólida – e, no limite, *exclusiva* – entre “sentido” e “racionalidade” (e daí também, entre “sentido” e “consciência”, “sentido” e “finalidade”³⁵). Se “[a] racionalidade regular serve à sociologia como tipo ideal no que diz respeito à ação empírica” (Weber 1913:502) – isto é,

infinitamente diversos, e precisamente aqueles a que conferimos uma significação geral para a cultura, merecem ser conhecidos” (1904:239).

30 Conforme o modelo em: (Weber 1904:225).

31 “Processos irracionais” são aqueles em que “não foram devidamente considerados e observados as condições ‘objetivamente’ regulares da ação racional com relação a fins ou (o que é outra coisa) os que eliminaram em parte relativamente grande as considerações ‘subjetivamente’ racionais com relação a fins do autor” (Weber 1913:195). No primeiro caso denominam-se “erros” (são “causalmente” inadequados), e no segundo, “afetos” (são inadequados “quanto ao sentido”) (1921-2:5,8).

32 O modelo de Weber é a “ab-reação dos afetos de angústia religiosa” (1920b:102), da “consciência de culpa afetivamente carregada” (1904-5:97), no “sacramento da confissão” (1920b:106), capaz de “aliviar a pessoa da tremenda pressão interna” (1906a:368) que sofria, e com ela, “da *responsabilidade* pessoal do sujeito por sua mudança de conduta” (1904-5:238).

33 Ambas formas de um “refrear racional” do “impulso irracional” (Weber 1920a:14). Weber (1915-7:354) vincula seu conceito de repressão a Klages, e não a Freud.

34 Chega-se a falar eventualmente até mesmo em “elementos *sentimentais*” como “antirracionais” (1904-5:123).

35 “[F]im” é a *representação* de um resultado que se converte em causa que contribua ou possa contribuir para o resultado significativo” [grifo meu] (Weber 1904:245). Um “valor” é o que entra presumivelmente na categoria dos “fins em si mesmos” – “fins que [...] já não podem ser interpretados como ‘meios’ racionais para outros fins, mas precisam ser aceitos como orientações teleológicas não suscetíveis a uma posterior interpretação racional” (1913:494).

se a ação idealmente racional é a que serve como parâmetro comparativo para a compreensão de toda e qualquer ação –, não é apenas pela “conveniência” de que constitui o caso mais unívoco do comportamento quanto à sua compreensibilidade³⁶ – o que supõe que possua um *sentido* racional. É também porque, no fundo, para Weber não há “*sentido subjetivo*” pleno sem racionalidade, isto é, sem ponderação ou crença consciente intencionalmente orientados (presumivelmente vinculados ao emprego de símbolos, de linguagem)³⁷. É de “sentido subjetivo pensado”, “sentido mental” ou “subjetivamente imaginado” [grifos meus] (Weber 1913:494,496) que se trata³⁸. Daí que, à parte o sentido do comportamento, seja possível também falar em “*motivos racionais*” (1921-2a:12) quando se trata de uma ação final, e em uma ação “*irracional pelos motivos*”, quando se trata de uma “ação afetivamente condicionada” [grifos meus] (1921-2a:6) – ou seja, em ações irracionais *segundo sua origem*³⁹, e não apenas segundo sua orientação.

Essa noção impõe, no fundo, um limite à apresentação estritamente relativa do conceito do “racional” em Weber, segundo a qual “[n]unca uma coisa” seria “‘irracional’ em si, mas sempre de um determinado *ponto de vista* ‘racional’” (1920b:175). Essa máxima vale, de fato, sempre que se trata de comparar as “*legalidades*” (1915-7:368) próprias a diferentes “*esferas de valor*” [grifo meu] (1915-7:362)⁴⁰; sempre que uma determinada finalidade última ou conteúdo de sentido se choca com outro. Mas ela tende a perder sua validade ali na fronteira entre diferentes “*esferas de comportamento*” [grifo meu] (1918:605), na divisória entre o que tem sentido e o que permanece a ele “alheio” (1921-2a:5) – o que, em termos científicos, corresponde a todo o domínio habitual das

36 “[T]oda explicação de processos irracionais [...] necessita, antes de tudo, a constatação: como teria se comportado no caso limite ideal típico racional com relação a fins e racionalidade regular” (Weber 1913:497). “*Nessa medida, e somente por esse motivo de conveniência metodológica, o método da Sociologia ‘Compreensiva’ é ‘racionalista’*” (1921-2:5). De outra parte, referindo-se ao modelo “racional” da ação econômica, Weber diz: “[t]udo isso nos parece ser o contrário de uma ‘psicologia’” (1908a:459).

37 É isso que dá a entender Weber, por exemplo, quando indica que “não é coisa ‘psíquica’ o *sentido* de um exemplo aritmético que alguém tenha em mente” (1921-2:12), a que Weber vincula a categoria da “compreensão *racional* atual de pensamentos”, em contraposição à compreensão racional atual de ações”, e à “compreensão *irracional* atual de afetos” [grifos meus] (1921-2:6). De outra parte, quando o que está em jogo não é a compreensibilidade atual do pensamento, mas a sua *explicação*, a sociologia tem de tratar a matemática como “apenas um produto da cultura” (1904:215), e nessa condição, como “uma máxima de comportamento fático que se tornou habitual através da educação”, um “comportamento prático válido convencionalmente” (1918:601-2; cf. também 1913:503,538). Isso já dá indício de que embora as categorias do “sentido” e do “compreensível” (racional ou intuitivamente – cf. Weber 1921-2:4) em geral se equivalham, não podem ser dadas como idênticas – pois a compreensibilidade atual aproxima o exercício matemático da manipulação lógico-racional, enquanto sua compreensibilidade explicativa o aproxima da ação habitual, na fronteira do sentido. A presença do sentido não implica, em suma, a *evidência* de sua compreensibilidade (cf. 1921-2:4).

38 Por isso, apenas as “*peças individuais*” são “portadoras compreensíveis para nós de ações orientadas por um sentido” (Weber 1921-2:9).

39 “Denominamos ‘motivo’ uma *conexão de sentido* que, para o próprio agente ou para o observador, constitui a ‘razão’ de um comportamento quanto ao seu sentido” [grifo meu] (Weber 1921-2:8)

40 “[P]ode-se proceder a uma ‘racionalização’ de cada um destes campos [de valor] a partir de pontos de vista e finalidades completamente divergentes, e o que de um [ponto de vista] é ‘racional’ pode, considerado de outro ponto de vista, ser irracional. Por este motivo surgiram as mais diversas formas de racionalização nos mais díspares espaços vitais e em todas as áreas culturais” (Weber 1920a:20).

ciências naturais⁴¹; e em termos humanos, aos reinos da *sensação* e do *afeto*⁴², que Weber trata ainda (em termos ideais) como *puramente naturais*, ou (em termos concretos) como prenes de sentido apenas à medida que já se conectem, de uma forma ou de outra, ao *pensamento*⁴³.

Aí localizamos o primeiro corte decisivo propriamente teórico (e não apenas metodológico) entre Weber e os psicólogos. Em Weber, os processos alheios ao sentido incluem também fenômenos “humanos”, e dentre eles, fenômenos “psíquicos e psicofisiológicos” (ou “psicofísicos” – Weber 1913:494), que ele concebe como “ocasião” ou “estímulo” da ação – como *causas* possíveis –, mas *não* como provedores de sentido, o que implicaria dá-los como “‘meios’ ou ‘fins’” pertinentes a determinado “conteúdo de sentido” (1921-2a:5). “Sentido” *absoluto*, rigorosamente, só há enquanto sucede a apreensão *consciente*, imediata ou ponderada, de uma determinada *finalidade* – não importando, neste caso, se é um fim exterior à ação (uma consequência sua)⁴⁴, ou se é “a própria ação em sua peculiaridade” (1921-2a:15) que constitui um fim como tal⁴⁵. Ao contrário, uma psicologia como a de Freud teria de considerar como plenamente compreensíveis já os fenômenos anteriores à ponderação e à crença conscientes. Para a psicanálise, também a “atitude interna” de “entrega sentimental” teria o mesmo grau de inteligibilidade da “crença” em “valores” (Weber 1921-2a:20), pois tanto o sentimento ou o afeto quanto os valores são derivados logicamente de um fenômeno anterior *já dotado de sentido*, isto é, de finalidade – a pulsão (cf. Freud 1914, 1921). Enquanto faz dos impulsos dotados de meta as unidades mínimas e inaugurais de sua psicologia, todo o freudismo tem de necessariamente “empurrar para mais fundo” a categoria do “sentido”, porquanto sejam essas unidades concebidas (psicodinamicamente) já como *finais* – e isso a despeito de que, por sob elas, esteja figurada, precisamente como em Weber, a necessidade (econômica) de uma “descarga” de energia, o que as torna categorias “limítrofes” entre corpo e psique (cf. Freud 1911, 1915a)⁴⁶.

41 “[U]ma coisa que [...] está eternamente negada a todas as ‘ciências naturais’” é precisamente “a ‘compreensão’ das ações dos indivíduos” (Weber 1921-2:10).

42 Por fazerem apelo predominantemente aos sentidos e aos afetos (cf. Weber 1904-5:153), as esferas estética e erótica aparecem em Weber como “arracionais” ou “antirracionalis” (1915-7:384). O “amor sexual” é para ele “a força mais irracional da vida” (1915-7:384), enquanto a “ética” e os produtos do “intelecto” (1915-7:395) são racionais.

43 Ainda a caracterização dos afetos no texto “Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva” trata-os como “irracionalis *com relação a fins*” [grifo meu] (Weber 1913:493); mas toda a discussão em *Economia e sociedade* pende aos resultados que apresentamos.

44 “Age de maneira [*puramente*] racional referente a fins quem orienta sua ação pelos fins, meios e consequências secundárias, *ponderando* racionalmente tanto os meios em relação às consequências, assim como os diferentes fins possíveis entre si” (Weber 1921-2:16).

45 “Age de maneira *puramente* racional referente a valores quem, sem considerar as consequências previsíveis, age a serviço de sua convicção” – “pela *crença* consciente no valor [...] absoluto e *inerente* a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado” (Weber 1921-2:15). “Do ponto de vista da racionalidade referente a fins, [...] a racionalidade referente a valores terá sempre caráter *irracionalis*” (1921-2a:16).

46 No entendimento de Weber, a teoria freudiana teria se afastado de suas premissas originais ao longo da primeira década do século XX, perdendo assim “toda a precisão no sentido ‘energético’” (1909:478). Poderia ser que o

Similarmente, em Jaspers, o “impulso” aparece como primeira categoria do segmento propriamente “compreensivo” de sua *Psicopatologia* (1959:380). Para além disso, em todo o segmento anterior, descritivo, já se poderia entender a exposição de fenômenos como o do “sentimento” (1959:132-4), se não em termos compreensivos, pelo menos como “tendendo” à compreensão. Por isso é possível para ele, assim como para Freud, uma psicologia – mas não, como pensa Weber, em termos de uma ciência que “*não se ocupa da interpretação do comportamento humano quanto a seu sentido*” (1921-2a:12), e sim precisamente como ciência da *gênese* do sentido – desde a base da consciência em um caso; desde o inconsciente, no outro. Onde, aliás, outra diferença importante. Para Weber, a psicanálise, quando revela “conexões observadas de modo insuficiente ou nem percebidas”, trata de conexões que “no nosso sentido [o de Weber], *não são conexões orientadas subjetivamente* e racionais, mas que, mesmo assim, de fato, se processam de acordo com uma conexão que é compreensível objetivamente de uma maneira ‘racional’” [grifo meu] (1913:499). Do ponto de vista weberiano, o “inconsciente” freudiano está já para além do que é propriamente *subjetivo*. Em Freud (1916-7), ao contrário, o inconsciente é dado já como plenamente “subjetivo”, ainda que submetido a determinadas “leis”.

Ora: o que torna possível a Weber incorporar a “ação afetiva” à sua tipologia geral da ação, e tratá-la como sociologicamente relevante, é o fato de que esse tipo – assim como todos os demais – é apenas ideal, e raras vezes encontra-se em estado puro na realidade. Na ação concreta, a expectativa do sociólogo é que, no mais das vezes, a ação suceda “em surda semiconsciência ou inconsciência de seu ‘sentido visado’” (1921-2a:13)⁴⁷. Ele espera também que ela não seja determinada por um motivo único, mas que haja uma verdadeira “luta dos motivos”⁴⁸, de “impulsos contrários” e “repressões” de “*intensidade[s]*” (1921-2a:7) diferentes em cada caso, contribuindo também a uma sobredeterminação das “maneiras” pelas quais a ação se orienta (1921-2a:16)⁴⁹. Assim, a própria categoria do “sentido”, se entendida em termos “absolutos” – como viemos fazendo –, já

espírito de alguns textos freudianos ressoassem para ele, aliás, a alma do “racionalista sexual puritano” ou “higienista” (1904-5:252-3).

47 “[A] orientação pelo comportamento alheio e o sentido da ação própria nem sempre podem ser verificados claramente, nem sempre são *conscientes* e ainda mais raramente são completamente conscientes” (Weber 1921-2:15).

48 “[U]m comportamento igual no seu decurso e nos seus resultados externos pode se basear em constelações de motivos de natureza muito diversa, dentro dos quais os compreensíveis de maneira evidente, nem sempre e necessariamente foram os mais decisivos” (Weber 1913:492). “[M]anifestações externas da ação que consideramos ‘iguais’ ou ‘parecidas’ podem basear-se em conexões de sentido bem diversas” (1921-2:7), isto é, em “motivos qualitativamente *heterogêneos*” (1921-2:13).

49 Aqui, mais uma razão pela qual a aproximação de Gabriel Cohn (2003) entre Freud e Weber é muito frutífera – para além do aspecto que ela enfatiza, da concepção geral de causalidade weberiana, também a sua feição especificamente subjetiva.

exagera, para Weber, a condição concreta da ação, dando a ela “uma coerência [...] tamanha que *raramente* ocorre na realidade” (1915-7:362).

Tudo isso contribui para atenuar as nossas conclusões anteriores, dando a elas novamente um senso de proporção que falta à consideração em termos puros. Não contribui, entretanto, para invalidar o que concluímos (o nexos íntimo entre sentido subjetivo, racionalidade, finalidade e consciência), pois em Weber aquilo que é historicamente raro, não obstante “pode ocorrer e *de fato* ocorreu” (1915-7:362). Isto é: a depender da natureza do tipo idealmente construído como “conceito-limite” (1904:255), a ideia pode não estar *absolutamente* removida da realidade, mas dar-se eventualmente na forma de um “caso-limite” (1921-2a:16) *empírico*⁵⁰. Com isso, se a tipologia da ação weberiana quer conservar seu intuito e utilidade, ela não pode deixar de desenvolver as consequências que deduzimos anteriormente. Se quem age de maneira racional pura “não age *nem* de modo afetivo [...] *nem* de modo tradicional” (1921-2a:16); e se a ação tradicional pura está (como a afetiva) “no limite” (1921-2a:15) daquilo que tem sentido⁵¹; então tem de haver um nexos íntimo entre racionalidade, simbolização e sentido. Desse modo, se existe uma diferença entre “os dados *psíquicos* absolutamente incompreensíveis” e “as conexões compreensíveis (irracionais com relação a fins) que se chamam, comumente, ‘*psicológicas*’” [grifos meus] (1913:498); se há também um “sentido [...] *irracional* [...] da ação” [grifo meu] (1921-2a:13) passível de elevar-se à consciência, correlato de uma “compreensão irracional atual de afetos” (1921-2a:6), segundo a qual “entendemos [...] o decurso típico dos afetos e suas consequências típicas” (1913:493) —: temos de supor que isso só é possível à medida que o componente afetivo não seja mais, nesses casos, o único a orientar a ação, mas já se vincule a um elemento racional, que tem de ser tomado como a *fonte* real do sentido e da compreensibilidade. Já nos encontramos, então, em situação de transição entre tipos. Os componentes “compreensíveis e não compreensíveis” aparecem “misturados e relacionados entre si” (1921-2a:4), e a diferença entre o *psíquico*⁵² (precedido pelo *físico*⁵³ e o *psicofísico*⁵⁴) e o *psicológico*⁵⁵ (sucedido pelo *lógico* e o *pragmático* ou *racional*)⁵⁶ vem marcar justamente isso⁵⁷.

50 Trata-se sempre de “uma aplicação da categoria da ‘possibilidade objetiva’” (Weber 1904:241) – de “comportamentos reais ou pensados como potencialmente possíveis” (1913:508).

51 Ação tradicional é comportamento “por costume arraigado”, “reação surda a estímulos habituais” (1921-2:15). Sua passagem à consciência constitui a passagem para a ação afetiva. “Toda ação ‘tradicional’ [...] e boa parte do ‘carisma’ [...] estão muito próximas, com transições imperceptíveis, daqueles processos apenas biologicamente explicáveis, não suscetíveis de interpretação ou apenas fragmentariamente interpretáveis, quanto aos motivos” (1921-2:11).

52 Incluindo aqui presumivelmente “os processos da memória e o intelecto humano” (Weber 1913:493), “cansaço, rotina, [...] euforias” (1921-2:5), “sensações” (1908a:454) “processos psicopatológicos alheios ao sentido” (1921-2:9).

53 Em termos humanos, “sentimentos de tensão, de prazer e desprazer ou desgosto” (Weber 1913:494), por exemplo.

54 “[P]or exemplo, curvas de pulsação ou modificações no tempo de reação” (Weber 1913:494) – quanto à “rapidez, maneira, univocidade” (1921-2:5) —; também “a medida da percepção da sensação” (1908a:452). “Em certos casos

É essa “mistura” empírica de elementos racionais e irracionais que justifica a afirmação de que partimos, segundo a qual a relação entre sociologia e psicologia varia conforme o caso. É que há, para Weber, uma longa gradação de casos entre a racionalidade (regular ou subjetiva) pura e os “fatos psíquicos ou físicos [...] totalmente incompreensíveis” (1913:500-1), e a psicologia (enquanto disciplina) pode ser convocada ao auxílio, tanto mais, quanto mais haja uma intervenção de elementos afetivos no decurso da ação. “[A]s conexões anímicas compreendidas com sentido [...] valem”, aqui, “como elementos de uma cadeia causal, a qual, por exemplo, parte de circunstâncias externas e, no seu fim, novamente leva a um comportamento ‘exterior’” (Weber 1913:502) – precisamente o caso de nosso exemplo anterior, nas relações entre estímulo psicológico e ação religiosamente orientada. – Esta a razão para as relações ora “pacíficas” entre Weber e a psicologia. Mas aqueles pontos em que uma oposição particularmente mais forte se evidencia tornam-se imediatamente compreensíveis desde os mesmos pressupostos. Pois – para levar às *últimas consequências* a tipologia weberiana, e apenas nessas condições –, se a categoria do “sentido” fica de tal modo preferencialmente ligada aos processos racionais, de pesamento; e se o escopo daquilo que é especificamente “psicológico” é o escopo do afetivo – então teríamos, em último caso, que nenhuma ação verdadeira e absolutamente psíquica seria dotada sentido; e quanto mais tivesse sentido, mais tenderia a aproximar-se daquilo que, não sendo objeto da “psicologia”, só poderia ser objeto da “sociologia” (ou de outra ciência do espírito qualquer).

Numa contenda como aquela entre psicólogos e economistas políticos, Weber (1908a) toma o partido da plena liberdade que as duas ciências têm de organizar suas exigências conforme finalidades e pressupostos próprios. Discriminando determinados resultados psicofísicos daqueles de natureza econômica, pergunta: “tudo isso, por acaso, tem algo a ver com questões e perguntas às

de processos psicofísicos não temos ações com sentido, isto é, compreensíveis e, em outros, estas somente existem para os especialistas” (1921-2:4).

55 “Com o mundo exterior e, especialmente, com a ação dos outros, relacionam-se, de maneira subjetivamente provida de sentido, as ações afetivas e os ‘estados emocionais’ que têm importância sobre o decurso da ação” (Weber 1913:494). Incluem-se aqui impulsos afetivos como “medo, cólera, ambição, inveja, ciúme, amor, entusiasmo, orgulho, sede de vingança, piedade, dedicação, apetências de toda espécie” (1921-2:5) – expressos no “rosto, interjeições e movimentos” (1921-2:6). Também as “necessidades” (1908a:454) em geral. Temos, por exemplo, que a “cólera” pode ter sua “origem” no “ciúme”, na “ vaidade ofendida” ou na “honra ofendida” (1921-2:6).

56 Por exemplo: “[a] *Grenznutzlehre*, como também qualquer teoria subjetiva dos valores, não tem fundamentos psicológicos, mas, diferentemente, fundamentos ‘pragmáticos’, isto é, usa-se as categorias de ‘meios e fins’” (Weber 1908a:461). Mas então: “[t]oda reflexão conceitual sobre os elementos últimos da ação humana prevista com sentido prende-se, antes de tudo, às categorias de ‘fim’ e ‘meio’” (1904:212). Conforme também: a diferença entre as “consequências *lógicas e psicológicas*” de uma ideia (1904-5:217).

57 As traduções de que dispomos não permitem averiguar se, e até que ponto, a distinção entre esses dois termos é significativa e coerente ao longo da obra. Nos textos que pudemos consultar, ela é relativamente estável sempre que Weber se aproxima da problemática da distinção entre as ciências, mas afrouxa-se em outras partes. Nesses casos, onde antes falava-se, por exemplo, em “prêmios psicológicos”, o tradutor agora verte “prêmios psíquicos” (1920:184). Nos parágrafos seguintes, mantemos a distinção apenas a título provisório e de conveniência. Ademais, o próprio Weber reconhece: há uma “ambiguidade da palavra ‘psicológico’” (1908a:450); “[p]or psicologia, hoje em dia, cada qual entende uma coisa diferente” (1921-2:12).

quais à teoria econômica pretende dar uma resposta?” (1908a:453). Mas, à medida que a delimitação de sua sociologia se prende a categorias *subjetivas*, torna-se impossível que não traga consequências para a divisão do trabalho entre as demais ciências que pleiteiam esse domínio. A imputação de sentido ou de incompreensibilidade a comportamentos habituais, afetivos, valorativos e finais não opera, não *pode* operar, como quer Weber, apenas dentro de “fins sociológicos” (Weber 1921-2a:16), mas estende-se – também segundo sua própria palavra – à determinação de “toda ação” (Weber 1921-2a:15), inclusive à ação não social. Com isso, faz juízo de fato acerca de fenômenos potencialmente pertinentes a outros campos de trabalho – e não apenas segundo suas “problemáticas” e “conceitos” específicos, mas dentro de qualquer problemática ou modo de conceituar que continuasse a dar a eles sua feição específica. Tem de haver aqui um conflito – e de fato há, todas as vezes que a psicologia volta a procurar incorporar o domínio do “racional”, daquilo que é pleno de sentido.

“[A]inda hoje”, afirma Weber,

não desapareceu completamente a opinião de que é tarefa da psicologia desempenhar, para as diversas ciências do espírito, um papel comparável ao das matemáticas para as ‘ciências da natureza’. Para tal, ela deveria decompor os complexos fenômenos da vida social nas suas condições e efeitos psíquicos, reduzi-los a fatores psíquicos mais simples, e, enfim, classificar estes últimos em gêneros e analisar as suas relações funcionais (1904:235-6).

Contra esse tipo de “reducionismo psicológico”, Weber oferece total resistência. Para ele, tal empreitada não poderia configurar senão um “útil trabalho preliminar” (1904:236). O erro fundamental estaria “no conceito do ‘psíquico’”: em considerar que “tudo que não é ‘físico’ seria ‘psíquico’” (1921-2a:12). Para Freud (1933), isso não teria sido erro nenhum: toda ciência que não fosse natural seria, de um ou de outro modo, ciência indiscriminadamente “psíquica” ou “psicológica”⁵⁸; e, de fato, embora tenha pretendido sobretudo ser psicologia do inconsciente, a psicanálise clássica investigou as conexões *genéticas* que levariam, desde a base *ics* do sentido da ação, até a sua manifestação racional-consciente, mais ou menos deformada. Tendo realizado essa conexão, fez mais do que simplesmente acrescentar um elo causal extra à determinação dos fenômenos – como queria Freud (1912-3) ainda em *Totem e tabu* –, mas condicionou a compreensão de *todo* fenômeno consciente à de sua infraestrutura *ics* ou *pcs*. Tornou inelutável – desde que aceitos os seus pressupostos, é claro – a necessidade de partir de seu próprio ponto de vista para chegar a uma compreensão *plena* de todo fenômeno⁵⁹, assim como a sociologia weberiana, a despeito de sua

58 De outra parte, isso não impedia que a psicanálise fosse concebida ainda em termos naturalistas. “A psicologia”, diz Freud, “é uma ciência natural. Que mais poderia ser?” (1940:354).

59 Numa formulação derradeira: “O psíquico em si mesmo, qualquer que seja a sua natureza, é inconsciente”. “[A] consciência é apenas uma qualidade (atributo) – inconstante, além disso – do psíquico”. A psicanálise ocupa-se, então, de “traduzir processos inconscientes em conscientes, de modo a *preencher as lacunas* da percepção consciente” (Freud 1940:355,59-60).

postura liberal com os programas científicos alheios, luta implicitamente para aproximar de si – ou pelo menos para afastar da psicologia – toda “compreensão” como tal, todo fenômeno dotado de sentido – desde que o “sentido” se entenda em seus próprios termos.

De fato – e este é o corte que faltava evidenciar –, não apenas a sociologia de Weber distingue-se de seus companheiros psicólogos por trazer para mais perto da racionalidade consciente a categoria do sentido; distingue-se também porque nega, em última instância, que a racionalidade possa ser objeto de uma “psicologia” propriamente dita. Nisso tem uma semelhança apenas muito distante com Klages (1936), que contrapõe a “vida” ao “espírito”, assim como Weber (1904:258) contrapõe o “psicológico” ao “lógico”⁶⁰. A Klages faltava, entretanto, ao falar nesses termos, o sentido de uma “transição infinita” entre tipos puros de ação. À parte esse detalhe, Weber contrapõe-se a toda espécie de “caracterologia” que não seja orientada de modo eminentemente social (seja ela sociológica ou histórica), já que não tolera bem a ideia de uma transição “*psíquica*” dos fenômenos afetivos aos fenômenos ideais, mas gostaria – segundo o emprego mais coerente de sua terminologia – de poder sempre fazer coincidir os comportamentos (parcial ou totalmente) “ideais” (de crença e ponderação) com os comportamentos “sociais” (orientados à ação de outrem)⁶¹.

Daí que, em outra passagem do mesmo texto, Weber possa mostrar-se muito mais amigável, dizendo: “[a] análise psicológica significa [...] um valioso aprofundar do conhecimento” do “condicionamento histórico” e da “significação cultural” de determinadas instituições – mas pressupondo uma compreensão *anterior* das instituições como tais. Nesse casos,

[a] interpretação psicológica [...] se dá *não* a partir da análise [também psicológica] das instituições sociais, mas, inversamente, [...] o esclarecimento das *condições* e dos *efeitos* psicológicos das instituições *pressupõe* o exato conhecimento histórico destas últimas e a análise científica das suas relações [grifos meus] (1904:250).

Ou seja: desde que reconhecida a legalidade própria das ciências históricas, a psicologia (aqui, uma psicologia *social* hipotética) pode entrar como auxiliar na compreensão de “causas e de

60 A propósito desse aspecto, Jaspers afirma: “[o] que aqui relatamos não reproduz a posição exata de Klages, cuja metafísica, segundo a qual a vontade (o espírito) aparece de fora na vida com caráter de poder destruidor, vê um demônio absoluto surgindo na existência plena, autossuficiente. ‘Caracteres’ só há nas épocas de transição, quando a vida ainda não está totalmente destruída, embora se ache em processo destrutivo. Esta posição klagesiana, que constitui matéria de fé, não é de discutir-se” (1959:522). À parte esse aspecto, Jaspers julgava que a caracterologia de Klages “supera, por forma absoluta, as tentativas até o momento empreendidas” (1959:521).

61 Weber toma o cuidado de esclarecer, coerentemente com seu conceito da ação social, que pode haver “comportamento religioso” e “atividade econômica” (1921-2:14) não social, desde que seja puramente solitário, e sem referência a outrem. O problema não está, de modo algum, na categoria do “social”, mas apenas na categoria do “sentido subjetivo” – cujos fenômenos, no entanto, recaem com facilidade, no texto weberiano, na categoria do “social”, sempre que dissociados da categoria do “psíquico”. É sempre de uma relativa disjunção entre as categorias da “ação social”, de um lado, e do “sentido subjetivo”, de outro, que resultam as tensões que procuramos indicar. O que também pode ser dito afirmando que a circunscrição de um domínio científico segundo seus problemas, e não seus objetos, acaba deparando determinados limites, já que a própria formulação da problemática acaba exigindo a referência a características “objetivas”, a juízos de fato, que a contrapõem a outras ciências, com seus pressupostos e conclusões diversos.

influências psíquicas” – como nexos causais particulares, ao estilo do que existe entre as religiões de salvação e a psique. Mas se quiser “explicar as instituições a partir de leis psicológicas ou de fenômenos psicológicos elementares” (1904:250) – então não levará a lugar nenhum, pois nós “não *compreendemos* o comportamento expresso em regras desses elementos” (1921-2a:8). Opinião de que Jaspers poderia perfeitamente partilhar, mas não pelas mesmas razões – porque não circunscreveria a “psicologia” a um domínio tão estreito quanto é o da afetividade e os fenômenos psicofísicos, e não a conceberia *necessariamente* como uma ciência de aspiração naturalista, “no sentido da metodologia das ciências naturais e com os meios próprios a essas ciências” (Weber 1921-2a:12), à guisa de uma “‘química’ da vida social” (1904:236).

No fundo, há, portanto, para Weber, duas “psicologias” – uma, de inspiração naturalista, que investiga o fato “psíquico” incompreensível e seus correlatos psicofísicos, e outra, uma verdadeira “*Psicologia Compreensiva*” (1921-2a:12), que investiga os afetos irracionais já em alguma medida dotados de sentido. É esta que mais frequentemente pode, para ele, prover serviços à sociologia. Entre as duas não há uma cisão absoluta quanto ao objeto, que está apenas gradativamente vinculado ao sentido (ao pensamento) conforme o caso. Há, entretanto, um corte marcado do ponto de vista do método⁶². Se tivermos em mente essa relação, estaremos de posse dos pressupostos básicos a partir dos quais uma caracterologia weberiana deveria distinguir-se das demais. Na tentativa de inferi-la, entretanto, precisaremos levar em conta ainda algumas dificuldades próprias ao seu manejo de categorias – em particular, os tipos médios e tipos ideais.

b) Tipo ideal e história

“Como em toda ciência generalizadora”, afirma Weber, os “conceitos” da sociologia, “devido à peculiaridade de suas abstrações, têm de ser relativamente *vazios* de conteúdo, diante da realidade concreta” (1921-2a:12)⁶³. Mas então – se temos a intenção de reconstruir o que poderia ser uma “caracterologia” latente à sua obra –, importa-nos sobretudo saber *o que é que fica de fora* com esse esvaziamento. Em outras palavras: importa-nos saber o que a sociologia considera como *pertinente à inclusão* em suas categorias, e porque o faz. A questão toca no cerne mesmo da estrutura e função lógica dos *tipos ideais* (cf. 1904:246), classe conceitual preferida por Weber em sua metodologia. Dado que aqui a discussão metodológica não interessa por si mesma, mas apenas

62 A esse respeito, convém talvez notar que todo o segmento de Klages (1936) sobre a “estrutura” do caráter, que ele considera como composta de relações de proporção matematicamente determináveis entre determinados influxos psíquicos, recairia provavelmente sob o mesmo tipo de ironia e estranhamento com que Weber tratou a tentativa de W. Ostwald de desenvolver uma teoria cultural “energética”, “por absolutizar determinadas formas abstratas das ciências naturais como sendo o padrão do pensamento científico” (1909:466).

63 “[Q]uanto mais vasto é o campo abrangido pela validade de um conceito genérico – isto é, quanto maior a sua extensão – tanto mais nos afasta da riqueza da realidade”; “forçosamente deve ser o mais abstrato e pobre de conteúdo” (Weber 1904:241). Ademais, “[q]ualquer conceito que não seja puramente classificatório nos afasta da realidade” (1904:255).

à medida que acarreta consequências para nosso esforço inferencial, diremos de uma só vez, resumidamente:

Em Weber, o intelecto corresponde à “nossa capacidade e necessidade de ordenar conceitualmente a realidade empírica” (1904:218); é sobretudo “pensamento *ordenador* do real” [grifo meu] (1904:238). Certamente, encontram-se “regularidades *de fato*” [grifo meu] (1921-2a:17) no mundo empírico, inclusive no reino das ações humanas. Conforme se estabilizem em relação a seus motivos e sentido típicos, essas ações podem inclusive originar “probabilidades típicas”, “confirmadas pela observação”, de que seu decurso sucederá de maneira sempre similar – o que é mesmo formulável em termos de “leis” científicas (1921-2a:10-12)⁶⁴. Não obstante, do ponto de vista da *formação* dos conceitos, trata-se sempre de realizar, a partir do “caos dos fatos” (1904:267) enquanto infinitamente caracterizados, uma “elaboração lógica do intuitivo” (1904:269), de modo a atingir termos “que *não constituem* a realidade empírica, *nem* a podem *reproduzir*, mas que permitem *ordená-la* de modo válido por meio do pensamento” [grifos meus] (1904:272). Partindo sempre “de determinadas experiências cotidianas imediatas”, cada ciência deve então procurar “superar essa experiência”⁶⁵ – “sublimar e elaborar o conteúdo deste conhecimento ‘não científico’ de pontos de vista que são diferentes e que possuem” – pelo menos a princípio – “total autonomia” (1908a:458; 1909:477).

As ciências dividem-se para Weber entre aquelas que têm caráter empírico (cf. 1918:568,597,601), e aquelas que têm caráter dogmático ou filosófico (cf. 1913, seção III; 1918:604). As ciências empíricas repartem-se entre as naturais e as históricas⁶⁶, e as ciências sociais são um segmento destas últimas. Seu interesse geral é

entender na realidade que está ao nosso redor [...] aquilo que ela tem de específico; por um lado, as *conexões* e a *significação cultural* das nossas diversas manifestações na sua configuração atual e, por outro, as causas pelas quais ela se *desenvolveu* de uma forma e não de outra [grifos meus] (1904:233).

A esse fim é que se destina o manejo de seus conceitos – especialmente, o manejo das tipologias. Os tipos ideais são *construídos* como *complexos de relações*⁶⁷ consideradas *objetivamente possíveis*⁶⁸ segundo o conhecimento *nomológico*⁶⁹ disponível, a partir da *composição*

64 No sentido apresentado em *Economia e sociedade*, trata-se de “leis” tendenciais diferentes daquelas de caráter geral, a que Weber contrapõe-se em seu ensaio sobre a “‘Objetividade’ do conhecimento” (cf. 1904:236-7).

65 “A função da ciência é, a nosso ver [...]: transformar em problema o que é evidente por convenção” (1918:572).

66 As “ciências históricas” são as que “nos capacitam a compreender os fenômenos políticos, artísticos, literários ou sociais da civilização, a partir de suas condições de formação. Mas não dão, por si mesmas, resposta à pergunta: esses fenômenos *mereceriam* ou *merecem* existir?” (Weber 1917a:38).

67 O tipo puro “reúne determinadas relações e acontecimentos da vida histórica para formar um cosmo não contraditório de relações pensadas” (Weber 1904:251; cf. também 1904-5:41).

68 Trata-se da construção de “relações que parecem suficientemente motivadas para a nossa imaginação”, “formada e orientada segundo a realidade” – e, consequentemente, relações “‘objetivamente possíveis’” (Weber 1904:253,55), concebidas como “estáveis no fluxo do devir” (1904:263).

(cf. 1904-5:41) de *aspectos selecionados*⁷⁰ dentre as características observáveis em fenômenos dispersos no espaço e no tempo⁷¹, e *exagerados mentalmente*⁷² em seguida. Denotam *individualidades históricas* (cf. 1904:240; 1904-5:41) com vistas à proposição de *hipóteses* (cf. 1904:251) sobre a sua *significação cultural genética* (cf. 1904:262), sempre *parcial*⁷³, no que diz respeito a um determinado *ponto de vista*⁷⁴ ou *problema*⁷⁵. Esse problema está, por sua vez, segundo Weber, condicionado pelas *ideias de valor*⁷⁶ do pesquisador – e, através dele, aos valores de uma *época*⁷⁷. São tão duradouros ou tão transitórios quanto as problemáticas a cuja resolução se destinam⁷⁸. Tipos ideais podem incorporar conceitos genéricos ou classificatórios à sua determinação (cf. 1904:262), mas diferenciam-se deles por focalizarem as características *específicas* do fenômeno – não em comparação a classes mais abstratas, mas apenas enquanto significativas (como causas ou efeitos) na *relação* ou *conexão histórica* entre o objeto tipificado – seja ele material ou ideal (cf. 1904:265) – e algum outro⁷⁹. Não têm pretensão de correspondência objetiva

69 “[É] impossível uma imputação válida de qualquer resultado individual sem a utilização de um conhecimento ‘nomológico’, isto é, de um conhecimento das regularidades das conexões causais”, adquirido pela “imaginação metodicamente educada” e pela “experiência pessoal de vida” (Weber 1904:240-1) do pesquisador.

70 “Não existe nenhuma análise científica totalmente ‘objetivada’ da vida cultural [...], que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais essas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição” (Weber 1904:233).

71 “Obtém-se um tipo ideal [...] mediante o encadeamento de grandes quantidades de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo” (Weber 1904:252).

72 “Pelo seu conteúdo”, o tipo ideal “reveste-se do caráter de uma utopia, obtida mediante a acentuação mental de determinados elementos da realidade” de maneira “unilateral” (Weber 1904:251-2)

73 “Na medida em que nossa ciência, por meio da regressão causal, atribui causas individuais [...] a fenômenos culturais”, oferece “uma imagem parcial, um trabalho preliminar para o conhecimento histórico completo da cultura” (Weber 1904:226).

74 “[T]odo conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento subordinado a pontos de vista especificamente particulares” (Weber 1904:243).

75 “O direito à análise unilateral da realidade cultural a partir de ‘perspectivas’ específicas [...] resulta, desde logo, e em termos puramente metodológicos, da circunstância de que o treino da atenção para se observar o efeito de determinadas categorias causais qualitativamente semelhantes, bem como a constante utilização do mesmo aparelho metodológico-conceitual, oferece todas as vantagens da divisão do trabalho” (Weber 1904:232).

76 “[N]ossos interesses culturais [...] animam o nosso desejo de conhecimento a partir de pontos de vista derivados das ideias de valor, as quais tornam significativo para nós o fragmento de realidade expresso” em determinados “conceitos” (Weber 1904:243)

77 “[O] *ponto de partida* do interesse pelas ciências sociais reside na configuração real e, portanto, individual da vida sociocultural *que nos rodeia*” (Weber 1904:235). “Apenas as ideias de valor que dominam o investigador e *uma época* podem determinar o objeto de estudo e os limites desse estudo” [grifos meus] (1904:245). “[A] construção de conceitos depende”, em suma, “do modo de propor os problemas” e esse modo “varia de acordo com o conteúdo da cultura” (1904:267).

78 “[E]xistem ciências dotadas de eterna juventude. É o caso [...] de todas as disciplinas históricas, de todas aquelas para as quais o fluxo constantemente progressivo da cultura continuamente suscita novos problemas” (Weber 1904:266). Em proporção a isso, “não há conceitos históricos verdadeiramente definitivos” (1904:268). “[A] consideração de outros pontos de vista produziria como ‘essenciais’ outros traços característicos” (1904-5:42).

79 “[N]enhum conhecimento dos acontecimentos culturais poderá ser concebido senão com base na significação que a realidade da vida, sempre concebida de modo individual, possui para nós em determinadas relações singulares” (Weber 1904:242).

ou total ao fenômeno⁸⁰, mas apenas a de servir como parâmetros na comparação aos casos empíricos singulares⁸¹, que devem então tornar-se inteligíveis segundo a medida em que se aproximem ou se distanciem do tipo construído⁸². Naturalmente, tudo isso se faz sem que os tipos tenham pretensão normativa ou exemplar⁸³, já que, para Weber, “jamais pode ser tarefa de uma ciência empírica proporcionar normas e ideais obrigatórios, dos quais se possa derivar ‘receitas’ para a prática” (1904:212)⁸⁴.

Ora: à medida que os textos de Weber prendam-se *de fato* a esse emprego dos tipos ideais, teremos algumas consequências de interesse para nossa problemática. A primeira delas é a de que, sempre que um enunciado de feição “caracterológica” possa ser apontado nos textos do autor, ele não deverá ser considerado como máxima definitiva acerca do assunto, mas apenas como seleção particular de determinadas características humanas *enquanto pertinentes a um determinado problema histórico*. Mesmo que houvesse a proposição explícita de uma “caracterologia” em Weber, enquanto respeitasse a lógica conceitual delineada acima, ela não se daria puramente como tal, mas apenas conforme o “caráter” se vinculasse à hipótese de uma conexão causal com determinados fenômenos *culturalmente relevantes* para o autor. Poderia haver o caráter *em conexão* à religião, à economia, à política, mas jamais o caráter como tal. Dado que aquela proposição não existe, essa relação complica-se ainda mais, como que adquirindo uma segunda dobra: a exposição pertinente ao caráter em Weber, à medida que possa ser discriminada, deverá aparecer – no contexto do uso de tipos ideais – apenas enquanto se revista de significação para uma problemática inicialmente *não caracterológica*. Ou seja: o caráter deverá aparecer apenas enquanto *elo mediador*, ou enquanto domínio adjacente, aos nexos causais investigados *primariamente* em determinadas pesquisas.

De fato, é assim que acontece no caso que veio nos servindo de exemplo até agora, o da religião. A problemática central de Weber na maioria de seus estudos sobre religião diz respeito à relação entre (o que o interesse de pesquisa distingue como) essa esfera e a esfera *econômica*. Ou seja: ela seleciona, na multiplicidade das características dos fenômenos religiosos, apenas aquelas que parecem exercer influência sobre o desenvolvimento de modos específicos da ação

80 “[A] construção de tipos ideais abstratos não interessa como fim, mas única e exclusivamente como meio de conhecimento” (Weber 1904:254). Possuem “valor heurístico” (1904:259) apenas.

81 Trata-se apenas de “criar pontos de orientação conceituais utilizáveis para fins determinados” (Weber 1915-17:63), “distinções úteis dentro do fluxo ininterrupto dos fenômenos” (1921-2b:190).

82 Tipo ideal é um conceito “em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual ela é comparada” (Weber 1904:255).

83 Existe “uma distinção estrita entre a relação que compara a realidade com tipos ideais no sentido lógico, e a apreciação avaliadora dessa realidade a partir de ideais” (Weber 1904:260).

84 “[S]empre que um homem de ciência permite que se manifestem seus próprios juízos de valor, ele perde a compreensão integral dos fatos” (Weber 1917a:40).

econômica⁸⁵. E acaba constatando, assim, que esse elo não é imediato: que “a fé religiosa” exerce uma “influência autônoma” *primeiro* “sobre a conduta de vida”, e apenas em seguida, “*através dela*”, “sobre a economia” (1920b:179)⁸⁶. Tudo aquilo que possa extrair-se a respeito da “conduta”, enquanto conceito *caracterologicamente relevante*, desde os tipos puros empregados nos textos sobre religião de Weber, deve considerar-se, pois, duplamente condicionado: de um lado, pela sua conexão à fé, e de outro, pela sua conexão à práxis especificamente econômica, à “luta [...] pela existência” (1904-5:30)⁸⁷. Não pode ser dado como universal, mas apenas como conjunto de características pertinentes *a essa relação histórica específica*.

Desse ponto de vista, o modo weberiano de produzir tipologias assemelha-se em certo grau ao modo freudiano, que também não resultava – pelo menos não em seus primórdios – em síndromes ou tipos caracterológicos definitivos e universais, mas apenas em conjuntos finitos de *traços* selecionados mais ou menos livremente, e com uma finalidade muito particular: a da diagnose e tratamento clínicos (p. ex., Freud 1916, 1931). O parentesco conserva-se inclusive em tipos de natureza sintomatológica, que seguem, em Freud (p. ex., 1910, 1915b), um princípio análogo ao de Weber: procedem pela síntese e exagero sistemático de características extraídas da observação real, mas que geralmente apresentam-se de maneira apenas gradativa, frequentemente incompleta, em casos empíricos. Os procedimentos de ambos voltam a diferir, entretanto, em que a construção tipológica freudiana apresenta um pendor “realista” mais forte que a de Weber. As síndromes (seja de traços de caráter, seja de sintomas) partem sempre da constatação de nexos *efetivos* entre os traços discriminados; não se dão a liberdade, constante em Weber, de generalizar a tal ponto o escopo de comparação (no tempo e no espaço), que possam constar, em uma mesma construção ideal, características jamais observadas conjuntamente *in loco*⁸⁸. Há também, em Freud, uma consciência apenas muito mais tênue da pertinência de seus tipos ao interesse *especificamente*

85 “[A]contecimentos da vida religiosa [...], em determinadas circunstâncias, podem adquirir um significado econômico [...], considerando-se que deles resultam determinados efeitos que nos interessam em uma perspectiva econômica” (Weber 1904:225). Trata-se, em outros termos, da “eficácia causal da existência efetiva de certas convicções sobre a vida econômica” (1918:573).

86 “[U]ma questão pontual importante: de que maneira certas crenças religiosas determinam o aparecimento de uma ‘mentalidade econômica’, do *ethos* de uma forma de economia” (Weber 1920:20).

87 “Todos os fenômenos que, no sentido mais amplo, designamos por ‘socioeconômicos’ vinculam-se ao fato básico de a nossa existência física, assim como a satisfação das nossas necessidades mais ideais, depararem-se por todos os lados com a limitação quantitativa e com a insuficiência dos meios externos, que demandam a previsão planejada e o trabalho, a luta frente a natureza e a associação com os homens” (Weber 1904:224). “[Um] fenômeno só conserva a sua qualidade de ‘econômico’ na estrita medida em que o nosso interesse está exclusivamente centrado no seu significado para a luta material pela existência” (1904:225).

88 Esse não é sempre o caso, entretanto, com os discípulos de Freud. Jones (1913b), por exemplo, afirma explicitamente que o tipo do “complexo de Deus” é construído em torno de traços que nem sempre foram verificados juntos nos casos observados.

clínico – o que tornou possível a eventual generalização e fixação de algumas de suas categorias, como o “caráter anal”, em termos de uma pretensão universal que não existia originalmente⁸⁹.

É preciso considerar à parte, entretanto, uma semelhança e uma diferença finais. Na aplicação a casos singulares, os tipos freudianos são construídos de tal modo que possam ser *misturados* entre si, produzindo a imagem de uma *transição* contínua entre características idealmente distintas. Isso vale sobretudo para a sua classificação das neuroses: enquanto permanecem da natureza de síndromes de *sintomas* característicos, neurose obsessiva, histeria, neurose de angústia e outras classes podem ser infinitamente combinadas entre si, enfatizadas e atenuadas, para caracterizar (de maneira aproximativa) o quadro clínico realmente observado em um paciente. A flexibilidade das síndromes corresponde, neste caso, à flexibilidade etiológica *real* que o paciente demonstra em desenvolver diferentes pontos de fixação e regressão libidinal ao longo da infância, a partir dos quais – segundo a teoria freudiana (cf. 1916-17) – poder-se-iam produzir em seguida conflitos psíquicos acumulados, de naturezas distintas. Em Weber, similarmente, sempre que dois ou mais tipos puros constam de um mesmo “ponto de vista” construtivo, a regra é que se deva conceber, entre eles, uma ampla gama de passagens: “na realidade da vida, tudo é ‘transição’” (1921-2b:192): “combinação, mistura, adaptação e transformação” (1921-2b:198) das formas puras. No entanto, quando a composição do tipo é feita tendo em vista a sua relação a outro fenômeno, torna-se impossível replicar o esquema freudiano: a transição dos tipos entre si *não coincide mais* com a transição entre as suas *causas* específicas. Isso só volta a acontecer, e ainda assim apenas parcialmente, quando – em *contraposição* ao esquema que oferecemos de início – os tipos não são construídos visando determinar sua conexão a *outros* objetos culturais, mas sim sua conexão *a si mesmos*, isto é, o seu “vir a ser *histórico*” (Weber 1904-5:166).

É diferente, portanto – para retomar nosso exemplo –, a natureza dos tipos puros empregados nas investigações sobre religião e economia (cf. Weber 1904-5, 1915-7, 1920a, 1920b)⁹⁰, e a dos tipos empregados nas investigações sobre o desenvolvimento *imanente* da religião (cf. Weber 1921-2a). No primeiro caso, a armação do estudo weberiano põe a ênfase primariamente (mas, como veremos, não apenas) sobre o condicionamento religioso da economia. É a religião que

89 Um autor como Abraham (1921) afirma que não pretende esgotar, no que escreve, tudo que haveria para se dizer acerca da formação do caráter, e mesmo dos tipos específicos a cuja elucidação ele se dedica. Seu procedimento, entretanto, implica a possibilidade da generalização, da sistematização, porque afirma com muito mais ênfase que Freud (1908) o nexos entre determinadas etapas do desenvolvimento psicosexual e determinadas constelações de caráter. Ora: se as etapas do amadurecimento sexual (e suas inibições, obstruções) são de número finito, também finitos são os tipos gerais que se formam a partir delas. Daí o pendor “universalizante” da caracterologia psicanalítica posterior a Abraham.

90 Isso a despeito de que, *no interior dessa problemática*, Weber possa considerar sua exposição como pertinente às “conexões histórico-*universais* entre religião e sociedade” (1920b:276).

aparece como economicamente relevante. Ao contrário, a sociologia da religião propriamente dita tem de tratar os determinantes econômicos, políticos, sociais etc., apenas como suportes oportunos – mais ou menos necessários conforme o caso e o interesse – de uma exposição que tem por objeto o desdobrar histórico *da religião* como tal⁹¹. Nesses casos, a função dos tipos ideais muda ligeiramente; não deixa de seguir a lógica geral de sua construção (pois também o ponto de vista do desenvolvimento “imaneente” é, em Weber, um ponto de vista *particular*); mas dá um passo para mais perto dos conceitos de natureza classificatória⁹². Para nossa problemática, isso significa que, quando o ponto de vista da exposição weberiana não levar em conta senão a “legalidade própria” a determinada esfera, deveremos considerar toda assertiva caracterologicamente relevante, não mais como “duplamente condicionada”, mas como pertinente aos interesses da demonstração de um *desenvolvimento histórico* (ou de uma *tendência* típica) específicos⁹³.

Com isso, abre-se finalmente um último problema: o da relação entre o curso ideal de um desenvolvimento, e o curso histórico efetivamente seguido em determinado caso. É aqui que reside verdadeiramente aquela diferença em relação à tipologia em moldes psicanalíticos: pois enquanto Freud faz coincidir, ponto a ponto, a ontogênese sequencial dos traços de caráter e sintomas com a ontogênese psicosssexual *efetiva* e seus pontos de fixação, em Weber, não existe nexu *necessário* entre a construção “progressiva” de um desenvolvimento e a realidade histórica observada⁹⁴. Pode tanto suceder que um desenvolvimento ideal-típico apareça, de fato, “tipicamente” – isto é, frequentemente⁹⁵ –, na realidade, quanto que uma determinada passagem logicamente inteligível seja interessante para fins conceituais, mas quase nunca verifique-se na histórica empírica. Assim, a “rotinização do carisma” constitui uma passagem historicamente frequente do tipo carismático da dominação ao tipo tradicional. De outra parte, quando se trata de apresentar o desenvolvimento das formas de dominação, o texto de Weber parte da “administração democrática”, que “*não constitui*”, para ele, “um *típico* ponto de partida histórico” para “processos evolucionários” reais, mas que vem

91 Igualmente, a “sociologia da economia” deve “proporcionar ou mostrar o condicionamento dos processos econômicos e das formas de economia pelos fenômenos sociais *conforme seus diferentes tipos e estágios de desenvolvimento*” (Weber 1918:608).

92 Trata-se então de “*combinar* [...] a construção ideal de um *desenvolvimento* com a *classificação* conceitual de tipos ideais de determinadas configurações culturais” [grifos meus] (Weber 1904:264).

93 É possível constatar eventualmente “tendências universais de desenvolvimento” (Weber 1915-7:139).

94 “[E] possível construir tipos ideais de desenvolvimentos”. Porém, “[a] sequência de tipos que resulta das características conceituais selecionadas corre o risco de ser tomada como uma sucessão histórica de tipos que obedecem à necessidade de uma lei. A ordem lógica dos conceitos, por um lado, e a distribuição empírica daquilo que é conceitualizado no espaço, no tempo e na conexão causal, por outro, aparecem então de tal modo ligados entre si, que quase chega a ser irresistível a tentação de ‘forçar’ a realidade para consolidar a validade efetiva da construção” (Weber 1904:263-4) – o que seria, entretanto, cientificamente incorreto.

95 Weber afirma, em seus textos mais gerais, que “quando se fala dos casos ‘*típicos*’, refere-se sempre ao tipo *ideal*” (1921-2a:12). No contexto de uma casuística sociológica, entretanto, a reivindicação de que o tipo puro esteja construído por comparação a vários fenômenos empíricos diferentes implica que se tenha ali a expressão de algo pelo menos aproximativamente frequente. “[F]atos muito frequentes” são precisamente aqueles que “se repetem de modo típico” (1904-5:181).

ao caso como um “caso-limite tipológico” [grifos meus] (1921-2b:194) conveniente *para a exposição*, a partir do qual pode-se compreender *logicamente* a passagem e as bases de outras formas de administração.

Para nossos fins, isso significa que o condicionamento *genético* de quaisquer proposições caracterologicamente relevantes deve ser considerado conforme o caso e o contexto, e não simplesmente como asserção de uma relação necessária – e isso *mesmo* quando a exposição se ocupa apenas do desenvolvimento “imaneante” de determinada esfera de conduta. Isto é: o seu condicionamento cultural não pode ser extrapolado jamais para além do domínio específico em que a exposição acontece, e a generalização de princípios causais só se pode dar à medida que o próprio Weber nos forneça subsídio para isso, fornecendo resultados caracterologicamente relevantes de natureza análoga *em referência a diferentes esferas de valor*.

Daí que possamos retornar finalmente à nossa questão inicial – o que fica de fora dos conceitos weberianos? – e precisar a sua resolução. Em regra, quando se trata da investigação do significado cultural de determinado fenômeno *frente a outro*, o que está eliminado dos tipos puros weberianos são todas as relações e características que não sejam pertinentes àquela conexão específica que se pesquisa. Quando se trata do desenvolvimento *interno* de determinada esfera de conduta, a regra é que causalidades heterogêneas à do fenômeno sobre si mesmo apareçam apenas à medida de sua conveniência e indispensabilidade. Mas o que se deve dizer daqueles conceitos que Weber propõe como “totalmente universais” (1913:527), isto é, como os tipos puros mais próximos, em sua natureza, de categorias classificatórias gerais⁹⁶? Ora: na palavra do autor, se eles são “pobres de conteúdo”, é porque abstraem justamente dos “motivos”, “interesses” e “estados interiores” que, “na maioria das vezes, são os *fundamentos* de sua *origem* e de sua *frequência*” [grifos meus] (1913:527). Ou seja: quanto mais abstratas e “gerais” as categorias de Weber, mais elas deixam de lado precisamente aqueles conteúdos que, do ponto de vista de uma caracterologia psicológica, seriam os essenciais!

De fato, poder-se-ia argumentar que mesmo as classificações mais gerais de Weber recaem ainda na regra de um interesse específico da exposição. A gradação que leva, por exemplo, da “ação comunitária” (referida de qualquer modo ao comportamento de outros) à “ação societária” (baseada em um regulamento estatuído racional, com filiação voluntária), passando pelo “consenso” (expectativa regular quanto ao comportamento de outros), a “associação” (baseada em acordo) e a

96 A diferença entre essa pretensão de universalidade e os tipos ideais especificamente adequados fica transparente no fato de que uma categoria como a do “Estado” recebe, em *Economia e sociedade*, uma “definição” no intuito de distinguir seu “elemento específico” [grifo meu] (1921-2a:34-5), ao passo que a um conceito como o do “espírito” do capitalismo Weber recusa expressamente uma definição prévia, oferecendo apenas “um *delineamento* provisório” (1904-5:42) no começo da exposição.

“instituição” (baseada em um regulamento estatuído racional, com filiação involuntária) (cf. Weber 1913) – pode ser considerada “universal” do ponto de vista de sua aplicabilidade geral às relações sociais, mas é *específica* quanto ao seu princípio classificatório: a questão de saber qual é a base da estabilidade e continuidade⁹⁷ dessas relações *quanto ao sentido*⁹⁸. Classificar a ação e a relação sociais *quanto ao sentido* é precisamente o que permite a Weber dizer que “[o] comportamento ‘psíquico’ dos integrantes” – “os ‘estados internos’ últimos que levaram-nos a associar-se e a orientar-se, em seguida, na sua ação conforme os regulamentos combinados” – “é indiferente para a *existência* da associação” [grifo meu] (1913:518), que é o critério realmente relevante para a tipificação. Assim também para o quadro de conceitos fundamentais de *Economia e sociedade* (1921-2a), que – ressalvadas algumas diferenças de definição com o artigo de 1913 que acabamos de citar –, continua a interessar-se na definição de “relações sociais”, “relações comunitárias”, “relações associativas”, “associações” etc., apenas enquanto exista a *probabilidade efetiva* (cf. 1921-2a:31) de que se atualizem⁹⁹, sem se debruçar a todo momento sobre a variabilidade infinita dos *motivos* (especialmente os motivos “psicológicos”) que condicionam a existência (ou a persistência) dessa probabilidade.

E assim também vemos repetir-se esse apelo à discrepância entre resultados sociologicamente uniformes (quanto ao sentido) e condicionamentos variados (quanto aos motivos)¹⁰⁰ em vários segmentos da obra de Weber. Ainda no escopo das “categorias fundamentais” da sociologia compreensiva, temos que

Motivos, fins e ‘estados interiores’ subjetivos totalmente diferentes que são compreensíveis de maneira racional com relação a fins ou ‘somente psicologicamente’ podem provocar como resultantes um agir em comunidade idêntico de acordo com sua relação subjetiva de sentido e, ao mesmo tempo e da mesma maneira, um ‘consenso’ idêntico de acordo com sua validade empírica (Weber 1913:526-7).

De outra parte, quando se trata de estimar a validade empírica de uma ordem institucional, “conceitualmente não importa” se a obediência ao estatuto “acontece por temor, por fé religiosa, respeito frente ao dono do poder, por uma consideração puramente racional com relação a fins ou qualquer outro motivo possível. O que importa é que o estatuto seja praticamente ‘válido’” (Weber 1913:535) – isto é, a categoria detém-se sobre o fato mesmo da obediência, e não sobre suas razões subjetivas últimas. Aliás, todo “poder de imposição” como tal “baseia-se em motivos muito

97 De modo semelhante à indicação passageira de que “o decisivo trabalho empírico começa com a pergunta: que motivos *determinaram e determinam* os funcionários e membros individuais dessa ‘comunidade’ a se comportarem de tal maneira que ela *chegou a existir e continua existindo*?” (Weber 1921-2a:11).

98 “Alcança-se essa maior univocidade [dos conceitos] pelo ótimo possível de adequação *de sentido*” (Weber 1921-2a:12).

99 Assim também, “a ‘qualidade’ empírica de uma ordem estabelecida consiste em nada mais do que a fundamentação objetiva” de uma “média de expectativas de comportamento” (Weber 1913:510).

100 “[O] mesmo fim é pretendido com fundamentos últimos muito diversos” (Weber 1918:571).

diversos nas suas características” (1913:536-7) – mas enquanto o interesse da formação dos conceitos volta-se apenas para a constatação da *eficácia* dessa imposição, a discussão dos pormenores subjetivos torna-se secundária.

O caso mais peculiar nessa série é talvez – para além da obediência como tal – o das “‘bases [internas] da legitimidade’ da dominação” (Weber 1921:544)¹⁰¹, em que confundem-se de modo um tanto intrincado as categorias do “motivo” e do “sentido”. Quando se trata de discriminar as razões concretas da obediência à dominação, por exemplo, Weber indica que “é condicionada por motivos extremamente poderosos, ditados pelo medo ou pela esperança”; ou, “igualmente”, “por outros interesses e muito variados” (1919:58), e até por “mero ‘costume’” (1921:543). Seria dizer: podem ser *motivos* de natureza afetiva¹⁰², racional com relação a fins¹⁰³ ou tradicional¹⁰⁴. Há ainda a possibilidade de que sejam de natureza racional com relação a valores¹⁰⁵, sempre que a obediência se dê porque o comando “se reconheceu como absolutamente válido” (1921-2a:22). Mas o *sentido* que se dá à obediência – isto é, a sua *justificação* (cf. 1919:57)¹⁰⁶ –, no caso de uma validação *subjetiva* da ordem¹⁰⁷ enquanto *legitimamente vigente*, depende sempre de determinada *elaboração valorativa* desses motivos. Em termos ideal-típicos: depende de uma “crença *afetiva*” na “santidade” ou no “valor do *extracotidiano*” (dominação carismática), uma “crença na santidade das ordenações [...] há muito tempo existentes”, “na santidade do *cotidiano*” (dominação tradicional), ou uma “crença na *legalidade*” (dominação racional ou legal). Em suma, em cada caso, a “crença na *autoridade* em algum sentido legítima daquele ou daqueles que impõem essa ordem” (Weber 1915-7:57-59,63; 1919; 1921:546; 1921-2a:22-3)¹⁰⁸ – tenha sido ela conquistada por meio de qualquer uma das “três formas principais de conseguir determinada reação de outra pessoa”: “intuição”,

101 “Por ‘dominação’ compreenderemos, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (‘mandado’) do ‘dominador’ ou dos ‘dominadores’ quer influenciar as ações de outras pessoas (do ‘dominado’ ou dos ‘dominados’), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam *como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações* (‘obediência’)” [grifo meu] (Weber 1921-2b:191). “[U]ma relação de dominação pode ser bilateral” (1921-2b:192).

102 A “mera inclinação pessoa do dominado” (Weber 1921:543); “entrega sentimental” (1921-2:20).

103 “[C]onsiderações racionais de vantagens e desvantagens por parte daquele que obedece” (Weber 1921:543); “expectativas de determinadas consequências externas, portanto: [...] situação de interesses” (1921-2:21).

104 “O hábito cego de um comportamento inveterado” (Weber 1921:543).

105 “Pela crença” na “vigência absoluta” da ordem, “sendo ela a expressão de valores supremos e obrigatórios” (Weber 1921-2:20).

106 Há uma contrapartida à teorização do sentido da obediência dos súditos: é “a necessidade muito geral”, “psicologicamente determinada”, de “autojustificação” daquele que “se encontra na situação mais favorável”. Na opinião de Weber, o dominante “sente a necessidade incessante de poder considerar o contraste que o privilegia como ‘legítimo’, a situação própria como ‘merecida’, e a do outro grupo como resultado de alguma ‘culpa’ dele”. “A felicidade”, em suma, “quer ser ‘legítima’” (1915-7:25-; 1921-2b:193).

107 Chama-se ordem social “a forma em que a ‘honra’ social numa comunidade se distribui entre os grupos típicos de seus participantes”. Já a ordem econômica “é o modo como são distribuídos e empregados bens e serviços econômicos”. Há também, enfim uma ordem jurídica (1921-2b:176).

108 A dominação baseada no “*dever de obediência*”, “considerado sem atenção a quaisquer motivos ou interesses” (1921-2b:189), caracteriza o tipo puro da dominação “em virtude de autoridade”, dominação em sentido estrito, excluída a dominação “em virtude de uma constelação de interesses” (1921-2b:188).

“inspiração” ou “persuasão racional” (1921-2b:191)¹⁰⁹. “Esta crença” é, conforme o modo de sua produção, “em parte, uma posse espiritual desenvolvida pelo pensamento, em parte, sentida confusamente, e em parte aceita de modo passivo”, apresentando “os mais diferentes matizes nas mentes dos indivíduos” (1904:261).

A “motivação concreta” da obediência varia muito, pois, indo desde a “convicção” da “conformidade” do mandado, até um “sentimento de obrigação”, o “medo”, o “mero costume” ou “vantagens pessoais” – “sem que a diferença tenha *necessariamente* importância sociológica”. “É *conceitualmente* indiferente”, portanto, “em que se baseia essa disposição [a obedecer a ordem]: seja em devoção tradicional, afetiva, ou racional referente a valores [...] seja em *interesses* racionais referentes a fins” (1921-2a:30). Mas “não é indiferente [...] o *sentido* de sua aceitação como norma ‘vigente’” [grifo meu] (1921-2b:191)¹¹⁰ – e isso principalmente porque, aqui como nos demais casos, o que interessa é que, quanto mais a obediência fia-se apenas em razões habituais, afetivas ou finais, sem uma apreensão valorativa do sentido da obediência, tanto mais a dominação se torna “relativamente instável” (1921:543). O tipo da obediência “legitimada” pela *crença* subjetiva em sua correção é aquele que corresponde ao suporte “interno” mais confiável da *estabilidade* da dominação (cf. 1919:60; 1921:553)¹¹¹. Por isso, é o que serve de base à tipologia pura tripartite da dominação legítima¹¹², com suas estruturas de dominação correspondentes (cf. 1915-7:62)¹¹³.

Se deixamos, por fim, o reino das garantias “internas” da ordem, e damos atenção às suas garantias “externas” – e mesmo às garantias externas de toda e qualquer “*regularidade* da

109 Essa divisão parece corresponder ao que aparece alhures como a diferença entre “uma argumentação” que “se dirige ao nosso sentimento”, “à nossa consciência” ou “ao intelecto” (Weber 1904:218,220). Nos dois primeiros casos, “[a]s palavras empregadas [...] não são mais instrumentos de análise científica, mas constituem apelo político destinado a solicitar que os outros tomem posição” (1917a:38).

110 “[E]m toda relação de obediência autoritária, certo mínimo de interesse em obedecer, por parte do subordinado, continua sendo, na prática, a força motriz normal e indispensável da obediência” (1921-2b:190).

111 “Na realidade, a orientação das ações com referência a uma ordem ocorre nos participantes por motivos muito diversos. Mas a circunstância de que, *ao lado* dos outros motivos, para pelo menos uma parte dos agentes essa ordem aparece como algo modelar ou obrigatório e, por isso, como *devendo* ter vigência, aumenta naturalmente, e muitas vezes em grau considerável, a probabilidade de que por ela se orientem as ações” (Weber 1921-2a:19).

112 Weber indica que seus tipos puros de dominação legítima partem da questão: “Qual o fundamento da *legitimidade* pleiteada para a dominação?” (1915-17:56). Ou seja: a própria formulação dos tipos já pressupõe a categoria da legitimidade, e com ela, a da estabilidade maior ou menor da ordem. Há também a seguinte formulação alternativa: “quais são os princípios últimos em que pode apoiar-se a ‘validade’ de uma dominação, isto é, o direito à obediência dos ‘funcionários’, por parte do senhor, e à dos dominados, por parte destes dois?” (1921-2b:197).

113 Como sempre, “[a] esmagadora maioria” das “formações empíricas de dominação constitui uma combinação, um estado de transição entre esses vários tipos” (Weber 1915-17:63). Sucederá então a “crença na legitimidade sobre bases mistas” (1921:553). Embora o sentido geral dos três tipos de dominação legítima seja bastante claro em qualquer exposição de Weber, as minúcias de suas formulações variam muito. Em particular, nem sempre faz-se referência direta ao elemento da “crença”, ao qual demos tanta importância. A distinção apresentada acima, entre “sentido” e “motivos” subjetivos da vigência legítima da ordem, é uma tentativa apenas *preliminar* de interpretar e ordenar essas discrepâncias de formulação. Seria necessário o recurso a mais porções do texto weberiano para assegurar a sua validade.

orientação da ação” (Weber 1921-2a:18,20) –, não saímos com resultado muito diferente. Em Weber, a probabilidade da existência regular de uma ação classifica-se conforme esteja baseada “*unicamente* pelo exercício efetivo” (uso e moda), na presença de “incomodidades e inconveniências” (costume) resultantes de sua omissão, ou na expectativa de “prejudicar” os “próprios interesses” (situação de interesses) caso se haja de maneira diferente (1921-2a:19). Já na condição de “ordem”, a relação social fica “garantida externamente” pela “probabilidade” de “reprovação” (convenção) ou de “*coação* (física ou psíquica)” (direito) (Weber 1921-2a:21; cf. também 1913:511). Em cada caso, a natureza da inconveniência, reprovação ou coação, bem como a existência de interesses contrários a elas, fica pressuposta sem maior discussão. Fica implícito que a classificação não se dirige aos motivos que tornariam tal ou qual situação inconveniente, coativa etc., mas apenas que agem como tal, e provocam o resultado homogêneo de uma manutenção da ação dentro de determinados padrões. A consideração dos “motivos” subjetivos – de tudo que pertenceria classicamente a uma “caracterologia” em sentido psicológico – avança somente à medida que se mostre imprescindível para delinear os tipos estudados.

Esses exemplos devem bastar para ver que, também nas formulações de caráter mais universal em Weber, aquilo que seria pertinente a uma “caracterologia” aparece somente de relance, e com uma dependência altíssima do problema que está sendo ponderado a cada vez. Por isso, vale para os conceitos “mais vazios” e gerais de Weber também aquilo que vale para os tipos ideais talhados segundo problemáticas históricas específicas: qualquer asserção caracterologicamente relevante tem que ser ponderada conforme o contexto de sua aparição, para que saibamos quais aspectos seus podem ser generalizados, e sobretudo, qual foi o critério científico que conduziu à seleção dos atributos humanos ali constantes, em detrimento de outros.

A despeito de todas as dificuldades – sobretudo quando tratamos das categorias mais gerais e abstratas –, de modo algum uma atenção às minúcias subjetivas do comportamento é alheia à construção da sociologia compreensiva. O próprio Weber o diz: a “comprovação” das diferentes bases motivacionais da ação em cada caso é, “sem dúvida, uma das tarefas de uma sociologia de conteúdo” (1913:525)¹¹⁴ – por oposição às classificações abstratas ou formais que dominam a base geral de sua sociologia. Isto é: não obstante a orientação *específica* de toda construção tipológica, continua válido que, quanto mais próximo da realidade concreta situe-se o interesse do pesquisador,

114 “O processo empírico-histórico que se desenvolveu na mente das pessoas deve ser geralmente compreendido como um processo condicionado psicologicamente, e não logicamente” (1904:258). Por exemplo: “[u]ma casuística sociológica [...] teria que desenvolver todas as *espécies* de sentimentos de comunidade e solidariedade em suas condições de *origem* e suas *consequências* para a ação social dos participantes” [grifos meus] (Weber 1921-2b:175). Já em 1895, aliás, fala-se em “sentimentos de comunhão política” (1895:28).

mais o seu aparato conceitual terá condições de incorporar as diferenças *subjetivas* entre os fenômenos. Assim, em contraposição ao uso de tipos *ideais* enquanto tais, toda formulação de Weber que se oriente por *tipos médios* – isto é, por tipos construídos a partir de ações que diferem em “*grau*”, mas são “qualitativamente idênticas” (1921-2a:13) –, bem como qualquer assertiva acerca de casos singulares, deve aproximar-nos daquilo que é relevante à nossa problemática.

É portanto no espírito daquela *sociologia de conteúdo* que deve-se procurar reconstruir o que seria uma caracterologia weberiana. E a discussão anterior já nos provê de uma ideia mais ou menos clara de qual poderia ser a sua *forma lógica* geral. Em Jaspers – como em Klages –, lembremo-nos, o conceito do caráter está dirigido à personalidade *total* consciente de si mesma. Isso põe, para ele, a contradição imediata de que o indivíduo, entendido de modo singular, não é jamais passível de esgotar-se em qualquer descrição – o que resulta na constatação desgostosa de que “a classificação e determinação da essência de um indivíduo significa liquidação [de seu devir único], liquidação que vem a ser, à consideração mais apurada, insultante” (1959:523). Weber teria certamente a consciência tranquila em relação a esse problema: jamais teria colocado para si a tarefa de uma descrição ou explicação exaustiva de fenômeno algum, mas admitiria de bom grado a parcialidade e unilateralidade dos conceitos que porventura construísse. Teria, portanto, de aproximar-se, desse ponto de vista, da maneira freudiana de organizar os conceitos: como agregados mais ou menos livres de *traços* de caráter, que não têm a pretensão de capturar senão conexões de sentido *parciais* da personalidade total. Estaria assim em contraposição direta à expectativa implícita de Jaspers, de que fosse possível um dia distinguir “tipos reais” (1959:523) de caráter dentro de uma classificação universal, bem fundamentada. Teria de aproximar-se – à medida que o fizesse em termos análogos aos de suas tipologias sociológicas conhecidas – do que em Jaspers são os “*quadros descritivos*” caracterológicos: a partir da construção de “polaridades ou contrastes” (1959:519)¹¹⁵ ideais, visando “conceber, nítido, um *lado ou aspecto*” (1959:522) da manifestação do caráter, mas jamais o seu todo¹¹⁶. E esse lado ou aspecto – considerando que o caráter, diferente das associações ou comunidades duradouras, desvanece com o indivíduo – teria de ser considerado sempre segundo seu condicionamento por séries causais particulares, de natureza religiosa, política, jurídica, ou qualquer outra; jamais segundo seu “desenvolvimento interno”, que pode ser determinado em termos “imanentes” do ponto de vista biográfico – ao nível do “caso historicamente dado” (Weber 1921-2a:4) –, mas não do ponto de vista propriamente *histórico*, que exigiria conceitos ao nível de tipos *médios* ou *ideais*.

115 Já os tipos ideais sociológicos frequentemente comportam-se em Weber como “polos contrários” (1915-7:218; cf. também 1921-2a:33) com determinadas transições entre si.

116 Não há, para Weber, uma “unitariedade” da ‘psique social’ que fosse redutível “a *uma fórmula*” (1904-5:275).

Isso no que diz respeito ao que seria a *forma* de uma caracterologia weberiana. Mas e quanto à sua *matéria*? Das discussões anteriores, podemos depreender já algumas determinações puramente *negativas*, sendo a principal a seguinte: à medida que se conceba o caráter como dotado de uma *estrutura* própria (por analogia à estrutura própria à dominação, ou à estrutura socioeconômica), os seus termos componentes típicos deverão estar relacionados de maneiras específicas, determináveis. Mas enquanto o caráter apareça apenas em função de sua relação aos variados domínios de ação culturais – enquanto conste como suporte *para* a conduta, ou *a partir* da conduta, em determinados âmbitos de valor –: então os seus elementos deverão aparecer como hierarquizados conforme princípios diferentes, conflitantes em cada caso. Aspectos como os que em Klages são “estruturais” – “psicofísicos”, em terminologia weberiana – devem aparecer tanto menos, quanto mais seja difícil (ou indiferente) vinculá-los a diferenças significativas para as consequências (ou origens) *comportamentais* do caráter. Isso deve afastar Weber de toda discussão sobre o “psíquico” – a memória, os rendimentos psíquicos em geral –, aproximando-o novamente de uma tipologia como a de Freud, centrada sobre o que em Klages é a “natureza” do caráter, ou seja, os motivos propulsores da ação. Ter-se-á tanto mais discussão sobre memória, inteligência, apreensão, quanto mais essas capacidades psíquicas demonstrem relevância, de maneira típica, para determinadas *formas* de conduta – por exemplo, na situação do trabalho (cf. Weber 1908b). Ao contrário, a discussão deverá pender tanto mais aos elementos propriamente “motivacionais” (afetivos, valorativos, finais), quanto mais o seu arranjo é que possa ser discernido como relevante em determinadas conexões.

3. Uma conclusão preliminar

Tendo estas últimas ideias em vista, e combinando-as à estratificação que fizemos dos fenômenos dotados de sentido em suas diversas acepções, estaremos em condições de reconstruir – até o ponto em que isso seja possível – o que seriam os fundamentos de uma “caracterologia” virtualmente presente em Weber. Como já indicamos, optamos por deixar essa tarefa – o desenvolvimento de um conceito weberiano de caráter segundo suas determinações *substantivas* – para outra ocasião. No espaço limitado de que aqui dispusemos, nossa intenção foi unicamente a de preparar o terreno para essa discussão – o que significa, em grande medida, rodear-nos de determinações negativas: aprender mais sobre o que uma caracterologia em Weber *não é* do que sobre o que ela *é* ou pode ser. Esperamos ter demonstrado, de maneira suficientemente convincente, sobretudo três coisas: (a) que uma caracterologia weberiana não pode ter pretensão de universalizar ou totalizar seus tipos, pois submete-os sempre a problemáticas e valorações específicas; (b) que, por conta disso, ela deve ser inferida a partir dos textos tendo em vista sempre a localização *intermediária* do conceito de caráter entre as várias esferas de conduta a que Weber se dedica expressamente; (c) que a relação entre esses aspectos confere à categoria do “caráter” uma dupla

face: de um lado, como fenômeno estruturado “em si”, segundo suas próprias leis; de outro, como fenômeno estruturado constitutivamente – isto é, *em relação* a determinados domínios de ação, e apenas *nessa* relação. Retendo em mente essas três ideias, estaremos seguros em reconstruir o conceito do caráter a partir das categorias da seleção, educação e adaptação; em decompô-lo em seus componentes variados (afetivos, ideacionais, volitivos etc.), relacionando-os entre si, e referindo-os às várias circunstâncias históricas (religiosas, políticas, nacionais) em que se manifestam, tendo por base sobretudo os textos sobre política e religião de Weber. Para esses desdobramentos, entretanto, solicitamos à leitora ou leitor a paciência (weberiana) de aguardar pelo próximo segmento deste texto, que não constitui senão um desenvolvimento – *parcial* – da problemática completa.

Bibliografia

ABRAHAM, Karl. [1921]/1927. “Contributions to the theory of the anal character”. in: *Selected papers of Karl Abraham*. London: Hogarth Press.

BEETHAM, David. [1974]/1991. *Max Weber and the theory of modern politics*. Cambridge: Polity Press. Capítulo 2.

COHN, Gabriel. 2003. *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social*. São Paulo: Martins Fontes.

COLLINS, Randall. 2001. “Weber and the sociology of revolution”. *Journal of classical sociology* 1:171-194

FERENCZI, Sándor. [1916]/1992. “Formações compostas de traços eróticos e de traços de caráter”. In: *Obras completas: psicanálise II*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. [1930]/1992. “O tratamento psicanalítico do caráter”. in: *Obras completas: psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes.

FREUD, Sigmund. [1908]/2015. “Caráter e erotismo anal”. In: *Obras completas, volume 8*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. [1910]/2013. “Um tipo especial de escolha de objeto feita pelo homem (contribuições à psicologia do amor I)”. In: *Obras completas, volume 9*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. [1911]/2010. “Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (*dementia paranoides*) relatado em autobiografia (‘o caso Schreber’). In: *Obras completas, volume 10*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. [1912]/2013. “Sobre a mais comum depreciação na vida amorosa (contribuições à psicologia do amor II)”. In: *Obras completas, volume 9*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. [1912-3]/2012. *Totem e tabu*. In: *Obras completas, volume 11*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. [1913]/2012. “O interesse da psicanálise”. In: *Obras completas, volume 11*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. [1914]/2010. “Introdução ao narcisismo”. In: *Obras completas, volume 12*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. [1915a]/2010. “Os instintos e seus destinos”. In: *Obras completas, volume 12*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. [1915b]/2010. “A repressão”. In: *Obras completas, volume 12*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. [1916]/2010. “Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica”. In: *Obras completas, volume 12*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. [1916-7]/2014. *Conferências introdutórias à psicanálise*. In: *Obras completas, volume 13*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. [1931b]/2010. “Tipos libidinais”. In: *Obras completas, volume 18*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. [1933]/2010. *Novas conferências introdutórias à psicanálise*. In: *Obras completas, volume 18*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. [1940]/2018. “Algumas lições elementares de psicanálise”. In: *Obras completas, volume 19*. São Paulo: Companhia das Letras.

FROMM, Erich. [1932]/1970. “The method and function of an analytic social psychology”. in: *The crisis of psychoanalysis: essays on Freud, Marx, and social psychology*. New York: Holt, Reinhart and Wiston.

GIDDENS, Anthony. [1995]/1998. “Política e sociologia no pensamento de Max Weber”. in: *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Editora Unesp.

JASPERS, Karl. [1959]/1973. *Psicopatologia geral*: volume 1. São Paulo: Livraria Atheneu S/A.

JONES, Ernst. [1913a]/1974. “The influence of Andrea del Sarto’s wife on his art”. In: *Psycho-myth, psycho-history, vol. 2*. New York: Hillstone.

_____. [1913b]/1974. “The God complex: the belief that one is God, and the resulting character traits”. In: *Psycho-myth, psycho-history, vol. 2*. New York: Hillstone.

KLAGES, Ludwig. [1936]/1947. *Los fundamentos de la caracterología*. Buenos Aires: Editorial Paidós.

REICH, Wilhelm. [1933]/1998. *A análise do caráter*. São Paulo: Martins Fontes.

WEBER, Max. [1895]/2014. “O Estado-nação e a política econômica (discurso inaugural acadêmico)”. in: *Escritos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. [1904]/2016. “A ‘objetividade’ do conhecimento na ciência social e na ciência política”. in: *Metodologia das ciências sociais*. Campinas: Editora Unicamp.

_____. [1904-5]/2004. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. [1906a]/1982. “As seitas protestantes e o espírito do capitalismo”. in: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC.

_____. [1906b]/1997. “Capitalismo e sociedade rural na Alemanha”. in: *Max Weber*. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Economistas.

_____. [1906c]/2016. “Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura”. in: *Metodologia das ciências sociais*. Campinas: Editora Unicamp.

_____. [1908a]/2016. “A teoria sobre o limite do aproveitamento e a ‘lei fundamental psicofísica’”. in: *Metodologia das ciências sociais*. Campinas: Editora Unicamp.

_____. [1908b]/2009. *A psicofísica do trabalho industrial*. São Paulo: Editora FGV.

_____. [1909]/2016. “Teorias culturais ‘energéticas’”. in: *Metodologia das ciências sociais*. Campinas: Editora Unicamp.

_____. [1913]/2016. “Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva”. in: *Metodologia das ciências sociais*. Campinas: Editora Unicamp.

_____. [1915-17]/2016. *Ética econômica das religiões mundiais: ensaios de sociologia comparada: volume 1: confucionismo e taoísmo*. Petrópolis: Editora Vozes.

_____. [1917a]/2011. “Ciência como vocação”. in: *Ciência e política, duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix.

- _____. [1917b]/1997. “O caráter nacional e os ‘Junkers’”. in: *Max Weber*. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Economistas.
- _____. [1917-8]/1997. “Parlamentarismo e democracia em uma Alemanha reconstruída: uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária”.
- _____. [1918]/2016. “O sentido da ‘neutralidade axiológica’ nas ciências sociais e econômicas”. in: *Metodologia das ciências sociais*. Campinas: Editora Unicamp.
- _____. [1919]/2011. “Política como vocação”. in: *Ciência e política, duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix.
- _____. [1920a]/1986. “Introdução”. in: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- _____. [1920b]/2004. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras. Acréscimos à edição original do livro.
- _____. [1921]/2016. “Os três tipos puros de dominação legítima”. in: *Metodologia das ciências sociais*. Campinas: Editora Unicamp.
- _____. [1921-2a]/2014. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva: volume 1*. Brasília: Editora UnB.